

ATA N.º 273

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 Ata e correspondência-----
- 2 Período de antes da ordem do dia-----
- 3 Período da Ordem do Dia-----
 - 3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 3.2 Regimento-----
 - 3.3 1ª Alteração Modificativa (Revisão Orçamental)-----
 - 3.4 Plano Anual de Recrutamento-----
 - 3.5 Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais-----
 - 3.6 Conselho Cinegético Municipal-----
 - 3.7 Avaliação do RJPAAP na Albufeira de Ribeiradio – Relatório Final-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos.-----

----- O Presidente deste órgão solicitou ao segundo secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Alexandre Miguel Coutinho Tavares-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----

Foi registada a chegada do membro Almiro da Silva Machado às 18:17 horas. -----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; António José

Martins Coutinho, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que foram registadas e consideradas justificadas as seguintes faltas e promovidas as respetivas substituições: Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Luís Filipe Tavares da Silva Pedro; Beatriz Manuel Lourenço Soares, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes; Pedro Miguel Martins Mendes, que foi substituído por Alexandre Miguel Coutinho Tavares e Renata Liliana da Costa Marques que foi substituída por Iolanda Maria Ribeiro da Silva Matos.----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal** informou, ainda, o órgão deliberativo de que Marco André Coelho Ferreira, do PSD, tinha pedido a renúncia ao mandato e que a mesma tinha sido declarada, sendo que Tânia Filipa Fernandes Pinheiro, cuja identidade e legitimidade tinha sido verificada, passaria a exercer funções neste mandato. Deu conta, ainda, de que Ana Rita da Costa Sousa Figueiras, do PSD, tinha apresentado um pedido de suspensão do mandato, durante três meses, e que o mesmo tinha sido considerado autorizado, pelo que Isabel Maria Martins Tavares iria substituí-la durante aquele período.- Antes de passar à votação da ata da sessão anterior, o **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que, por dificuldades no serviço de transcrição, a mesma tinha sido disponibilizada junto com a restante documentação da Ordem do Dia, quando deveria ter sido com mais antecedência. Pediu as suas desculpas por esse facto e afirmou que essa situação iria ser melhorada a partir daquela data.-----

1.1 Ata: - Foi apreciada a ata n.º 272, da sessão ordinária de 17 de dezembro de 2021, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com vinte e três votos a favor dos membros Alexandre Rocha, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira, Sérgio Soares e Tânia Pinheiro.-----

1.2 Correspondência:-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência recebida e enviada:-----

- Resposta ao pedido de informação feita pelo senhor deputado David da Silva Alves, na sessão de 17 de dezembro de 2021, enviada pelo Presidente da Câmara Municipal, relativamente às remunerações auferidas nos anos de 2020/2021 pelo senhor vereador Ricardo Silva e pelo senhor deputado António Monteiro, líder da bancada do CDS. O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura do documento. -----
- Resposta do Município às questões colocadas pelo público, na última sessão, nomeadamente pela senhora Marta Lúcia da Silva Sousa Batista. O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura do documento. -----
- Carta dirigida à Assembleia Municipal, já do ano passado, pelo Vouga Sport Clube desejando um feliz Natal e um regresso das provas federadas à pista do Alto do Roçário e agradecendo toda a ajuda e colaboração prestada;-----
- Convite do senhor Presidente da Câmara, dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente na abertura da Vila Natal Dlim Dão, onde, infelizmente, não lhe tinha sido possível estar presente nem de estar representado;-----
- Convite dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal, por parte da Associação Cultural e Recreativa de Pessegueiro do Vouga, para assistir ao jogo dos 16 avos da final da taça de Portugal.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Permitam-me, na qualidade de associado desta coletividade, que registre o facto que me agradou muito, talvez inédito, de termos a presença, neste desafio de hóquei em patins, do senhor Presidente da Câmara, acompanhado, também, do senhor Vice-presidente da Câmara e do Vereador do Pelouro senhor Ricardo Silva. São coisas que, para nós, podem parecer insignificantes,

mas para as coletividades dão muito ânimo a nossa presença para o trabalho e esforço que vão fazendo em prol do desporto e da cultura do nosso concelho. Fica este registo que não poderia deixar de dar.-----

- Convite do Presidente da Câmara para um jantar de gala, nas Termas de São Pedro do Sul no âmbito do Rali Termas, onde esteve presente e na companhia do senhor Presidente da Câmara e dos senhores Vereadores Ricardo Silva e Eliana Machado, bem como depois na receção aos concorrentes dos carros clássicos no parque junto aos Paços do Concelho nos dias 12 e 13 do presente mês;-----
- Convite extensivo a todos os elementos da Assembleia, por parte do executivo da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, para estar presente na caminhada da Rota das Laranjeiras que se realizará no próximo dia 09 de abril com início às 09:00 no parque de Santa Quitéria em Pessegueiro;-----
- Foi dado conhecimento de uma comunicação feita pelo PSD, em 21 de janeiro de 2022, ao senhor Presidente do Conselho Municipal de Juventude, a solicitar a substituição de Ana Rita da Costa Sousa Figueiras nesse conselho, ao qual o Presidente da Assembleia Municipal deu o seu parecer no sentido de que aquela substituição teria de passar pela Assembleia Municipal, uma vez que foi designada por esse órgão;-----
- Informou que, no dia 19 de fevereiro de 2022, juntamente com o primeiro secretário, António Cruz, tinha estado no 3º Congresso da ANAM, na Covilhã, tendo sido abordados os seguintes temas: a regionalização, o poder local e a governação multinível com o registo na dignificação e valorização das Assembleias Municipais e o seu papel de reforço do poder local democrático;-----
- Foi recebida uma comunicação do senhor Presidente da ANAM, no dia 24 de fevereiro de 2022, a agradecer a presença no congresso e a informar que, naturalmente, conta com a futura entrada da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, como associada;---
- Informação de 22 de dezembro de 2021, do Presidente da Câmara, a informar da deliberação da isenção do pagamento da tarifa das zonas de estacionamento condicionado entre aquela data e o dia 9 de janeiro de 2022;-----
- Informação do GAP, mais direcionada ao grupo de trabalho de acompanhamento do processo dos danos causados com as cheias de 2019, a informar que foram pedidos pareceres à Universidade de Aveiro, que já está a trabalhar nesse parecer, e que foi reforçado o pedido de parecer junto do LNEC e do Instituto Superior Técnico de Lisboa. Também informa que foi realizada uma reunião com os lesados no dia 27 de janeiro, que foram dados conhecimento dos pontos e que dei conhecimento aos membros do grupo de trabalho;-----
- Convocatória para o Conselho Municipal de Educação, que se realizou no dia 22 fevereiro, onde esteve presente e cujos temas tratados foram a transferência de competências para as autarquias que se prevê para 1 de abril do presente ano e uma revisão da Carta Educativa;-----
- Informação do GAP relacionada com o último ponto da Ordem de Trabalhos e o relatório do IGAMAOT. O Presidente da Assembleia Municipal informou, ainda, que a Procuradoria Geral da República (Departamento Central de Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos) tinha solicitado, entretanto, à autarquia o envio de elementos relativos a 2 processos de licenciamento;-----
- Estudo de Viabilidade Técnica e Económica, datado de novembro de 2015, no âmbito da CIRA, para o Centro Intermunicipal de Recolha Oficial de Animais, enviado pelo Presidente da Câmara Municipal para conhecimento;-----
- Casa dos Cantoneiros da Grela – Transferência de Gestão Patrimonial;-----
- CPCJ – Relatório de Atividades 2021 e Plano de Ação 2022.-----

-----2 – Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa

intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Antes do início das intervenções, **Sérgio Soares** informou o Presidente da Mesa que tinha uma moção para apresentar à Assembleia Municipal.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse que iria ter isso em conta, e que a apresentação da moção não iria contar para o seu tempo.-----

Seguidamente, deu a palavra a Diana Paiva, por ter sido a primeira a inscrever-se neste período da ordem de trabalhos. -----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Em primeiro lugar, quero dirigir a palavra ao senhor Presidente da Mesa, que já referiu o assunto e pediu as suas desculpas, mas, como ao longo dos meus mandatos e quem me acompanha já reparou, fui sempre alertando para situações menos conseguidas no cumprimento da lei e Regimento. Senhor Presidente a, proposta da ata não nos chegou nos 30 dias posteriores à reunião, veio mais tarde, não tendo sido possível apreciar a mesma antes da convocatória, pelo que fica o alerta e pedido para os serviços estarem mais atentos. Infelizmente, vivemos tempos conturbados, esta semana fomos confrontados com o início de uma guerra, aqui na nossa Europa, e, apesar de parecer lá longe, não é assim tanto, sabendo que no nosso país e mesmo no nosso concelho existem cidadãos das duas nacionalidades. Poderemos fazer parte da solução a aceitar refugiados da Ucrânia, apesar das nossas limitações de habitação social. Não sabemos o que virá desta situação bélica, mas, como muitos daqui recordarão da história, guerras mundiais surgiram de conflitos latentes entre fações partidárias, separatistas e outras mais. Dessa situação vieram tempos difíceis, muito difíceis para o cidadão comum. Sempre ouvi falar que nesses tempos se passou muita fome e, realmente, na economia já se levantam alertas. Temos todos que estar conscientes que não vivemos sozinhos no mundo e que a palavra solidariedade e compaixão nunca fez tanto sentido como agora em que se olha para a economia e se esquecem as pessoas. Por isso, quero deixar aqui um voto de reconhecimento ao Município que tratou de dar visibilidade, muita visibilidade à ação social do Município, até através do Contrato Local de Desenvolvimento Social, vulgo CLDS, que apesar de já ser instituído há alguns anos no concelho, pois que é um Programa da Administração Central e por esta financiado, passou despercebido ao comum dos cidadãos Severenses, porventura a muitos outros de tantos municípios que os instituíram e assinaram, mas, desta vez, conseguimos perceber a sua ação e inclusão da população severense. Senhor Presidente, não se consegue fazer obra em dois dias, mas nota-se claramente, por parte deste executivo, a vontade de meter mãos à obra, de trazer o Presidente ao cidadão quando este não consegue ir ter com o Presidente, de resolver o que tem de ser resolvido em vez de meter na gaveta mais escondida que houver. Posso contar uma passagem em que, algumas semanas após as eleições, uma cidadã veio ter comigo a questionar como poderia pedir a recolha que uns bens usados que tinha em casa, pois que já há meses tinha vindo à Câmara, feito o pedido, e que tudo continuava no mesmo sítio, nem sequer um contacto a questionar o que era pretendido e agendar. A pessoa tinha facilidade de usar os meios eletrónicos e indiquei o email para o efeito, informando qual o procedimento correto e não me lembrei mais do assunto. Passados algumas semanas voltei a encontrar a pessoa que, toda satisfeita, me transmitiu que, pouco tempo depois de ter enviado o email, foi contactada por parte dos serviços do Município e já tinha sido feita a recolha. São estas pequenas coisas que mostram a vontade de fazer. Não digo que tudo corra bem, pois que há muitas arestas para limar, agulhas para acertar as quais, com certeza, a auditoria irá indicar, mas nota-se um esforço grande em prestar um serviço ao munícipe. Todos nós estamos cá para os Severenses e assim temos que trabalhar, com espírito de serviço, serviço ao cidadão, pois essa é, e sempre será, uma nossa prioridade. Obrigada.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras Presidentes de Junta, senhores Presidentes de Junta. Queria começar por, nesta reunião, que sucede imediatamente a seguir à invasão da Ucrânia, chamar a atenção para que estamos solidários com o povo da Ucrânia e, em segundo lugar, dizer que, depois de uma pandemia que afetou o mundo causando todas as dificuldades em termos de saúde pública, causando também todas as dificuldades em termos económicos, aquilo que menos precisávamos era ter uma guerra na Europa. Sabemos que há sinais altamente preocupantes em termos de inflação, de escassez de matérias-primas, de aumento dos preços dos combustíveis e, evidentemente, que são matérias que nos preocupam a todos e que, também, preocupam, evidentemente, os Severenses. Há, também, questões que não são novas e que achamos importante que a Assembleia Municipal seja esclarecida. Chamámos a atenção, no mandato anterior, de que, em 2016, tendo sido estabelecido um ranking quanto à qualidade da água pela Associação Zero, Sever do Vouga apresentou o pior desempenho global do país e aquilo que era importante era que fosse feito um esforço no sentido da melhoria da qualidade da água. Depois, foi iniciada, com bastante atraso, a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Sóligo e com a inauguração dessa estação de tratamento de águas residuais aquilo que é desejável é que o lugar de Sever do Vouga nesse ranking melhore de forma substancial. Tivemos notícias, nas redes sociais, de que estaria a haver uma descarga diretamente para o Rio Vouga o que, evidentemente, causa preocupação aos munícipes. Ora, já existindo uma ETAR a funcionar, aquilo que nós perguntamos ao senhor Presidente da Câmara é se a Câmara está a acompanhar essa questão. Se tem informações que nos possa dar relativamente ao funcionamento da ETAR e relativamente àquilo que é essa descarga. Se, efetivamente, aquela notícia que está nas redes sociais corresponde à verdade ou não. Se oferece riscos para a população, para a fauna e para o ambiente e consideramos que era importante que, com esta nova maioria, se virasse definitivamente a página relativamente àquilo que são as responsabilidades ambientais do município no concelho de Sever do Vouga. Tanto mais que, como todos nós sabemos, consta sempre da informação escrita aquilo que é uma aplicação de contraordenação contra o Município exatamente por causa desta matéria das descargas, mas essa é do passado e queríamos, por isso mesmo, que o senhor Presidente da Câmara nos pusesse a par relativamente a esta matéria. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Sérgio Soares, informando-o de que poderia apresentar a moção e que isso não contaria para o seu tempo.-----

Sérgio Soares – Eu deixaria para o fim para os líderes de bancada terem tempo de analisar. Minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores Vereadores e senhor Presidente da Câmara, caríssimo Presidente da Assembleia Municipal. Hoje, venho aqui falar de nomeações. Começo esta minha intervenção por dizer que se as nomeações existem é para que sejam feitas. Contudo, quero recordar algumas intervenções recentes, nesta Assembleia, feitas por esta bancada do CDS. Em fevereiro de 2020, por exemplo, na discussão do Mapa de Pessoal para esse ano António Carlos Monteiro dizia “*são muitos chefes para tão poucos índios. Não está a bater certo que, num município com este número de funcionários e com a dimensão que tem Sever do Vouga, haja tanto chefe para tão poucos índios*”. Já em setembro do mesmo ano, aquando da discussão dos concursos para chefes de divisão dizia “*o problema é não ter apresentado um organograma com as chefias com o mínimo de racionalidade face àquilo que seria desejável para o município de Sever do Vouga*”. Pois, quero-vos dizer, também, que quanto à faculdade de se organizar vejo-a como sendo uma prerrogativa da Câmara que se encontra em funções, em cada momento, e quero recordar, ainda, uma frase que aqui vim dizer na primeira Assembleia deste mandato: as eleições autárquicas de 26 de setembro passado trouxeram-nos uma pequena luz de esperança que espero que traga dignidade para o concelho de Sever do Vouga. Pois, minhas senhoras e meu senhores, se concordo que se as nomeações existem é para que sejam feitas, depois do que assisti na reunião de Câmara de 22 de

dezembro passado, tenho que corrigir pois assisti a um dos episódios mais deselegantes da história recente desta Câmara Municipal aquando da discussão da alteração técnica do Conselho Local de Desenvolvimento Social e quando o atual Presidente da Câmara se dirigiu à Vereadora Inês e lhe disse “*senhora Vereadora, saia da sala por favor*”. De seguida, o Vereador António Coutinho pediu a palavra para dizer que, em 2019, aquando da criação do Conselho Local de Desenvolvimento Social e da designação da Coordenadora, o então Vereador Pedro Lobo apresentou uma declaração de voto a dizer que era a favor da existência de um concurso público aberto para qualquer tipo de cargo relacionado com a Câmara Municipal. Senhor Presidente da Câmara, as nomeações existem e são para ser feitas, mas há alguns cuidados a ter. Jamais colocarei em causa as competências técnicas da Coordenadora Inês, pois até já tive oportunidade de as vivenciar e também não é isso que está aqui em causa. O que está aqui em causa é o erro político que foi cometido e que, antes de ser nomeada, a Coordenadora Inês só tinha que renunciar ao cargo de Vereadora pois não fica bem da parte da manhã estar a coordenar o CLDS e da parte da tarde estar numa reunião a avaliar essa coordenação juntamente com o restante executivo. Portanto, há um erro que foi cometido e, enquanto não for corrigido, deixa a ação da Coordenadora Inês numa posição frágil, deixa o CDS numa posição frágil e deixa o PSD Partido de Coligação do CDS numa posição frágil que, por sua vez, deixa o senhor Presidente da Câmara numa posição frágil. Assim, senhor Presidente, em vez de cada situação em que o Conselho Local de Desenvolvimento Social seja assunto de reunião de Câmara, em vez de convidar a Vereadora Inês a sair da sala, sugiro que a convide a sair do executivo para dar dignidade ao concelho de Sever do Vouga. Obrigado.-----

João Oliveira – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Em primeiro lugar quero referir que também o grupo parlamentar do PS está solidário com o povo da Ucrânia e condena veemente a invasão efetuada pela Rússia. O CLDS é uma organização de apoio social criada em outubro de 2019, com o objetivo principal de promover a inclusão social com foco no idoso, através de uma intervenção de proximidade na comunidade severense. Sem qualquer tónica ou sublinhado na coordenação anterior deste projeto, queremos destacar procedimentos e ocorrências imediatamente após a tomada de posse do novo executivo camarário, que ferem questões éticas, morais e legais. De notar, que o CLDS estava em procedimento concursal de recrutamento e seleção, para contratação de 2 técnicos. Pois, antes da contratação destes priorizou-se a contratação, ao arrepio da lei, de uma vereadora sem pelouro, para desempenhar funções de coordenação, posto de trabalho que se encontrava a ser exercido e devidamente contratualizado, sem ter sofrido quaisquer alterações. Indigna-nos que seja esta a atuação de um município que viola, em pleno, o código de trabalho. Estaremos atentos e vamos garantir que isto seja um caso isolado de nepotismo. Coisas destas não podem voltar a acontecer. É um alerta e um aviso. Cada coisa no seu lugar e no seu sítio e CLDS e Município não são um só. Cuidado, trata-se de um projeto com fundos estruturais. Gostaríamos, ainda, que o senhor Presidente da Câmara Municipal nos explicasse porque motivo, na reunião de Câmara de 24 de abril de 2019, quando ainda era Vereador e em que foi votada a designação da Coordenadora do CLDS, referia em declaração de voto e passo a citar: “*Consideramos que há uma nomeação e somos sempre a favor que exista um concurso público aberto para qualquer tipo de cargos relacionados com a Câmara Municipal cuja nomeação não esteja prevista na lei*”. E, agora, na qualidade de Presidente, optou pela nomeação direta de uma Vereadora sem pelouro para aquele mesmo cargo. Por fim, quero referir que não temos nada contra a atual coordenadora técnica do CLDS, a quem desejamos, muito sinceramente, o maior sucesso. O seu sucesso nestas funções, será a felicidade dos utentes apoiados por esta organização. Muito obrigado.-----

Patrícia Santos – Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros desta Assembleia, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, comunicação social, público presente e online. Muito boa tarde a todos. Como tem sido, aqui, abordado pela bancada do PSD, quer já neste mandato como sobejamente sabido, no mandato anterior, a nossa preocupação com os cuidados de saúde de todos os Severenses, é muita. Vimos, e com muita alegria, finalmente, o Plano Municipal de Saúde ter o destaque que já deveria ter tido, desde que foi aqui aprovado em 2019, com a realização, no passado dia 11 deste mês, da primeira reunião para a planificação e futura elaboração do mesmo. Senhor Presidente, nessa reunião com a entidade responsável pela elaboração do plano, quais foram os objetivos e as bases de trabalho traçadas? Qual é a entidade que vai elaborar o plano? Há um prazo previsional para a sua elaboração, tendo em conta que o nosso concelho passou demasiados anos sem rumo na área da saúde, o que resultou numa progressiva diminuição dos serviços, sobretudo ao nível de médicos de família e cuidados de saúde complementares? Foram feitos esforços para a fixação dos novos médicos que estão, neste momento, a exercer no Centro de Saúde, ou para cativar mais médicos para o concelho, como tem sido recomendado pela bancada do PSD nas últimas Assembleias Municipais? Apesar de parcial, ou mesmo limitada, abertura dos dois postos de saúde, que haviam encerrado no ano transato, há a possibilidade da sua abertura total, ou ainda páira no ar a concentração de todos os serviços no Centro de Saúde de Sever e o encerramento geral dos postos de saúde nas sedes de freguesia? Foi, também, com muito agrado que vimos ser celebrado um protocolo de colaboração com a Mimos & Tratos, mas, senhor Presidente, quais são as linhas de atuação desse protocolo? O mesmo irá colmatar a quantidade de animais errantes por todo o concelho? E, já agora, em que fase se encontra a construção do canil intermunicipal, tão apregoado pelo executivo anterior e qual é a sua capacidade de acolhimento previsto para os animais do nosso concelho? Aproveito, também, para dar os parabéns ao executivo pelo facto de terem criado um panfleto e distribuído o mesmo pelos Severenses com informação sobre a vespa velutina, com formas e informação para que nós, cidadãos comuns, possamos ajudar a combater esta praga e o que fazer em caso de deteção de ninhos, tendo criado, para o efeito, uma equipa interventiva. Esperamos que haja mais iniciativas informativas do género. Muito obrigada.-----

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, público aqui presente, senhores jornalistas. O que me traz aqui hoje, antes de mais, era para o senhor Presidente da Câmara, se possível, e para que não aconteça como no anterior executivo, se pudesse calendarizar as obras que fizesse por freguesias, sobretudo ao nível da viação rural, nomeadamente estradas e caminhos, que era para conseguirmos agilizar e, no fundo, haver um intercâmbio com as Juntas de Freguesia, uma vez que eu já ouvi falar que vão começar obras em algumas estradas. A Junta de Talhadas tem algumas ideias para realizar e, por conseguinte, juntaria o útil ao agradável. Em segundo lugar, era para saber se o executivo municipal já tem pensado quando é que vão fazer o tal regulamento por causa dos madeireiros, uma vez que, na freguesia de Talhadas há muitas estradas a necessitar de obras em função destes gastos dos madeireiros. Senhor Presidente, também queria saber alguma coisa sobre a Zona Industrial de Talhadas. Obrigado.-----

João Oliveira – Mais uma vez, muito obrigado senhor Presidente da Mesa. E, mais uma vez, cumprimento todos os presentes nesta Assembleia. Permitam-me que, de uma forma muito rápida e sintética, coloque aqui algumas questões que julgo pertinentes e do interesse dos presentes e não só. Primeira questão – As questões ambientais do nosso concelho e o Rio Vouga em especial, deverão ser sempre uma preocupação de todos nós e do Município. Relativamente à descarga poluente havida no Rio Vouga, gostaríamos de saber que consequências teve e que medidas foram ou vão ser tomadas para evitar futuras descargas poluentes para o Rio Vouga. Segunda questão – No concelho existem algumas

instituições que pretendem candidatar projetos de grande interesse para o concelho, alguns de grande envergadura, a apoios do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), mas estão a deparar-se com várias exigências e limitações. Entre estas limitações encontra-se a aprovação do PDM. Queremos sensibilizar o executivo para esta situação e perguntar quando prevê ter a revisão do PDM aprovada. Terceira questão – Entrou em vigor, em 21 de fevereiro de 2021, a Lei n.º 39/2021 de 24 de junho, que permite, sob algumas condições, a reversão de algumas Uniões de Freguesia. Sabendo que as Uniões de Freguesia Cedrim/Paradela e Silva Escura/Dornelas foram criadas por imposição da tutela, contra a vontade destas freguesias e tendo o nosso grupo parlamentar sido abordado no sentido desta reversão, queremos perguntar ao senhor Presidente da Câmara Municipal se está disposto a apoiar estas Uniões de Freguesia, no processo de reversão. Última questão – Gostaríamos, ainda, que o executivo nos informasse o ponto de situação das auditorias que tem em curso. Quando prevê que fiquem concluídas e, se possível, nos desse uma estimativa do seu custo. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** para exercer o contraditório sobre as questões que foram colocadas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público presente. A todos, muito boa tarde. Começando pela senhora deputada municipal Diana Paiva, quero dizer-lhe que, nos quatro meses que aqui estamos temos procurado dar o nosso melhor. Sabemos, também, que, infelizmente, o nosso melhor não chega e que, nem tudo o que fazemos, fazemos bem, mas quero dizer-lhe que teremos humildade e a total disponibilidade, em colaboração com todos, para procurarmos melhorar a vida de todos os Severenses. Senhor deputado municipal António Carlos Monteiro e, ainda, senhor deputado municipal João Oliveira, eu gostava de lhe colocar uma questão, não sei se é possível responder-lhe, descarga poluente aonde? Eu lembro o senhor deputado João Oliveira que foi o anterior executivo, juntamente com a AdRA, que estabeleceu que aquele seria o local de descarga da ETAR. Não fomos nós. E aquele local de descarga foi, nomeadamente, imposto pela APA. Naturalmente, quando tomamos conhecimento das redes sociais, e vocês nisso, no aproveitamento das redes sociais são exímios, entramos em contacto com o Diretor Executivo da AdRA, porque nós, efetivamente, nos preocupamos com o ambiente. A resposta do senhor Diretor Executivo foi muito clara e passo a ler: *“Caro Presidente, Apareceu nas redes sociais uma referência a uma suposta situação de poluição no Rio Vouga, no local de descarga da água residual tratada na ETAR de Sever. No seguimento do referido post na rede social, efetuado relativo a uma descarga da ETAR de Sever do Vouga no Rio Vouga no dia 20 do presente mês, entre as 17:00 e as 19:00, vimos assegurar que não houve nenhuma descarga nem mau funcionamento da ETAR, mas sim, muito provavelmente, um episódio de suspensão dos sedimentos depositados no leito do rio provocado pela velocidade da água tratada. Foi analisado nesse mesmo dia o funcionamento da ETAR. Não se verificou qualquer anomalia, nomeadamente ao nível dos ciclos de tratamentos, que decorreram de forma normal, nem se registou qualquer avaria ou bypass de qualquer etapa de tratamento. Foi realizado um teste V30 às lamas dos reatores biológicos (conforme figura seguinte) e os resultados, dentro de parâmetros normais, confirmaram que os sólidos suspensos formados no tratamento apresentam boas condições de sedimentação, garantindo que na descarga o efluente se encontra bem clarificado e com turvação muitíssimo reduzida. Na manhã do dia seguinte ao reporte, os serviços da AdRA deslocaram-se ao local para verificar a situação. No local da descarga foi visível que há deposição de sólidos de cor acastanhada em toda a zona, com exceção da zona onde o fluxo de descarga tem mais velocidade, conforme se verifica na figura seguinte. O vídeo “Descarga ETAR Sever 14h00m 21_02_2022, enviado por Wetransfer, evidencia que com a entrada do efluente tratado no rio, há a formação de uma mancha castanha. Quer no vídeo referido anteriormente quer no vídeo “Amostragem descarga*

ETAR Sever”, também enviado por Wetransfer, verifica-se que o efluente tratado tem um aspeto normal, como é evidente nas amostras colhidas ao longo da descarga, apresentadas nas fotos seguintes. Durante a descarga, foi ainda colhida uma amostra composta à saída da ETAR, objeto de análise dos seus parâmetros físico-químicos, cujos resultados são inferiores aos limites de descarga, enviado como anexo a este contacto eletrónico. A imagem seguinte mostra a aparência da amostra. Tendo verificado que a causa do aspeto da água aquando da descarga da ETAR, se deveria à ressuspensão dos sólidos depositados no leito, foi realizado um teste, agitando o fundo do rio com uma vara, em 2 pontos ao longo do rio: um no local da descarga (vídeo “Ressuspensão sólidos junto ao ponto de descarga antes desta ocorrer”); e outro cerca de 1km a montante (vídeo “Ressuspensão sólidos a montante da descarga da ETAR”), respetivamente os pontos 1 e 2 da planta abaixo. Conclusão – este trabalho de análise, permite concluir que a causa da cor acastanhada no Rio Vouga, aquando das descargas da ETAR de Sever do Vouga, se deveu à ressuspensão de sólidos sedimentados no leito do rio, como consequência do baixo caudal do mesmo e às velocidades insuficientes para promover o arrastamento dos sólidos”. Portanto, nós fizemos a nossa parte. Não deixa de ser irónico, depois de ter sido o Partido Socialista a estabelecer, juntamente com a AdRA, aquele local da ETAR, a ter aceite aquele local de descarga, vir o senhor dizer as barbaridades que disse. Quero-lhe, ainda, dizer que não posso aceitar que o senhor venha para aqui mentir como veio dizer que uma descarga supostamente normal é, afinal, uma descarga poluente no rio. Certamente, a AdRA, com quem eu, particularmente, até nem simpatizo nada, não ficaria muito satisfeita com aquilo que o senhor disse. O senhor Sérgio Soares e senhor João Oliveira, sobre o CLDS, começo por lhe dizer, senhor Sérgio Soares, que esteve presente nessa reunião, eu pedi à senhora Vereadora Inês para se ausentar da sala no seguimento de um comentário feito pelo senhor Vereador António Coutinho que dizia que a mesma não tinha que estar na sala. Para que não nos acusassem de nada, pedi à senhora Vereadora Inês que se ausentasse. E quero dizer-lhe, a si, e quero dizer ao senhor deputado João Oliveira que não há qualquer ilegalidade, não há qualquer impedimento, não há qualquer inelegibilidade. Aliás, fiz questão de dizer, nesse mesmo dia, que iríamos consultar a CCDR-C a pedir um parecer. Assim fizemos e o resultado foi, precisamente, este. A verdade é que, a senhora Vereadora Inês, que eu não conhecia até entrar na Câmara, e que assumo tem-me surpreendido pela sua capacidade de trabalho, aliás, o próprio CLDS diz-se testemunha, apenas não poderá tomar parte nas deliberações que digam respeito ao CLDS. Já agora, lamento, senhor deputado João Oliveira, que continue a faltar à verdade, pois a relação contratual do Coordenador do CLDS não é com a Câmara e não é com a Adrimag. Senhor deputado Sérgio Soares e senhor deputado João Oliveira, não é o Presidente da Câmara que faz nomeações. Foi uma proposta da Adrimag, que veio a reunião de Câmara, e a Câmara deliberou que a senhora Vereadora Inês, que é uma Vereadora sem pelouro, pudesse ser a Coordenadora do CLDS. O Presidente não nomeou ninguém para o CLDS. A Câmara apenas concordou com a proposta da Adrimag. A CCDR, que é uma entidade isenta e imparcial atesta a legalidade da deliberação da Câmara Municipal. E, senhor deputado João Oliveira, eu nunca assisti às nomeações feitas pelo anterior executivo a qualquer pedido de parecer a entidade externa sobre as nomeações que fez. Muito me espantam as suas declarações, ou melhor, já nada me espanta nas suas declarações. Senhor António Dias, não há problema nenhum e vamos calendarizar as obras por freguesia. Quanto ao regulamento dos madeireiros nós vamos iniciar, agora, o regulamento. Estamos numa fase inicial e agradecemos se o senhor Presidente de Junta, tendo uma área florestal muito elevada, se nos puder auxiliar, aliás, como a todos os Presidentes de Junta, iremos marcar uma reunião com todos nesse sentido. Agradecemos a colaboração de todos. Efetivamente, nós percebemos que o negócio da floresta é um negócio muito importante para muitos Severenses, mas também temos que perceber que há formas de fazer as coisas. Portanto, naquela notícia que saiu no Beira Vouga fiz questão de afirmar que não tínhamos nada contra a atividade dos madeireiros, muito pelo contrário,

mas temos é de criar regras para que eles possam exercer essa atividade sem causar danos aos particulares e ao público. Sobre a zona industrial de Talhadas, quando nós entramos, nós chamamos a empresa que estava a realizar a segunda alteração à primeira revisão do PDM e pedimos, a essa empresa, que, no âmbito dessa alteração, houvesse também uma alteração das zonas industriais, nomeadamente, o alargamento da mancha das zonas industriais de Cedrim e de Talhadas. A resposta veio favorável com algumas considerações, recebemos a resposta no dia 23 e ainda não nos foi possível reunir com os Presidentes de Junta que referimos e, durante a próxima semana, iremos reunir e iremos iniciar, então, as medidas necessárias para o alargamento das zonas industriais. No âmbito da revisão, hoje, que temos, já consta lá o próprio projeto das zonas industriais referidas.--- O **Presidente da Assembleia Municipal** alertou o **Presidente da Câmara Municipal** de que já tinha excedido o seu tempo e, embora compreendesse serem muitas as questões colocadas, pediu que abreviasse a sua intervenção.-----

O Presidente da Câmara Municipal retomou o uso da palavra.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado. Senhora deputada municipal Patrícia Santos, relativamente ao CIROA, de facto essa fantástica resolução para todos os problemas dos animais errantes foi com total surpresa que, no seguimento de uma reunião que tive na CIRA, e pedi informação acerca do CIROA, e percebemos que a disponibilidade que Sever do Vouga tinha nesse CIROA era de seis animais, portanto, foi extraordinariamente interessante ver aqui, quer nas reuniões de Câmara, quer nas Assembleias Municipais, a solução apresentada, no âmbito da CIROA, era, afinal, para seis animais. Relativamente ao Plano Municipal de Saúde, aquilo que lhe posso dizer é que tivemos a primeira reunião para avançar com o Plano Municipal de Saúde e foi, também, com surpresa que vimos apesar de termos andado quatro anos a pedir, o PSD, e também o CDS andou quatro anos a pedir uma resolução da saúde, que o anterior executivo tenha esperado pelo último dia antes das eleições, portanto, na sexta-feira antes das eleições, para assinar o contrato com a empresa que irá realizar o Plano Municipal de Saúde. Ainda sobre o senhor deputado municipal João Oliveira, sobre a questão do PDM, também não quer que a culpa seja nossa. Depois de tantos anos em que nunca esteve preocupado com o assunto, nós, que estamos há quatro meses, estamos nós a criar dificuldades às IPSS. Senhor deputado João Oliveira, nós colaboramos com todas as IPSS e estamos disponíveis para ajudar todas as IPSS. Ao contrário de vocês, nós não fazemos ilegalidades. Nós não passamos por cima daquilo que está previsto na lei e é por isso que, no final do ano, eu sei que para vocês é exatamente igual estar terreno rústico ou terreno urbano, os senhores não fazem distinção, aliás, o próprio IGAMAOT provou isso, o relatório do IGAMAOT mostrou isso. Agora, o que lhe posso garantir é que iniciaremos uma revisão do PDM no final do ano. Se não for no final do ano, é no início do próximo ano e, nomeadamente, a situação que refere temos procurado resolver, agora, não iremos seguramente cometer nenhuma ilegalidade para resolver essa questão. Quanto às auditorias, foram já entregues as auditorias relacionadas a algumas obras. Daremos conhecimento à Assembleia Municipal. Detetamos algumas irregularidades. Relativamente à auditoria de procedimentos e auditoria financeira o que lhe posso dizer é que o custo da auditoria financeira será de sessenta mil euros. É mais ou menos o que os senhores gastaram no IPDT naquela estratégia de turismo que vamos ver para o que serve e quanto à auditoria de procedimentos, que os senhores não queriam que nós fizéssemos, nós vamos mesmo fazê-la. E vamos mesmo escolher todos os procedimentos, por muito que vos custe e o custo é na casa dos cinquenta mil euros. Quero dizer que estas auditorias eu entendo como um investimento para perceber o ponto de situação do Município. Aliás, a ver pelo relatório do IGAMAOT vamos ter muitas surpresas e espero que determinem, também, uma série de melhorias para que possamos implementar nos nossos serviços. Quero só terminar dizendo que as auditorias estão sinalizadas. Quanto ao apoio à reversão das Uniãos de Freguesia, isso é um assunto que nós teremos que analisar, naturalmente, a mim e a nós competirá sabermos respeitar a vontade do povo. Se os fregueses entenderem que o sentido deve ser

esse, nós saberemos respeitar. Não tomarei, certamente, a decisão por ninguém. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** pediu ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse chegar à Mesa o relatório da AdRA para poder distribuir o mesmo pelos membros da Assembleia Municipal.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** entregou à Mesa fotocópia do e-mail enviado pela AdRA e explicou que não tinha entregue antes por ter recebido o mesmo durante aquela tarde.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a **Sérgio Soares** para poder apresentar a sua moção.-----

Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor Presidente da Assembleia Municipal. Faço aqui um breve apanhado deste assunto. É um assunto que remonta a 2008, ao governo do Eng.º José Sócrates, que concessionou durante 45 anos, nos gabinetes ministeriais de Lisboa, alguns troços de rios a várias empresas. Um deles foi o que sobrou do Rio Lordelo, na freguesia de Couto de Esteves, só depois da empresa Enerleon ter comprado esse rio é que foi ao local perceber o que é que tinha comprado, porque foi vendido e comprado em Lisboa sem saber do que é que se estava a tratar e perceberam que o rio não tem grande caudal e o investimento não seria rentável. Na altura, em 2010, o povo manifestou-se contra. Fomos à CCDR em Coimbra e houve ali um passo atrás. A própria empresa tentou reverter o projeto hidroelétrico num projeto fotovoltaico noutra zona do país, mas o Estado não aceitou porque colocaria em causa a transparência do concurso público. A empresa reformulou o projeto com uma conduta mais pequena ligeiramente a jusante do local inicial, um paredão mais pequeno, e no último ano desenvolveram o projeto e, de momento, estão já numa fase de começarem em pensar expropriar terrenos. Esta moção é para a Assembleia Municipal se pronunciar contra a construção de mais um empreendimento hidroelétrico no concelho de Sever do Vouga que eu considero que só traz impactos negativos para as populações locais e preservar um dos poucos rios que sobraram será o melhor legado que nós deixamos aos nossos filhos e aos nossos netos.-----

Moção Contra a Construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Lourizela:-----

Considerando que:-----

1 – A construção das barragens de Ribeiradio e da Ermida submergiram quilómetros de troços de rios, no concelho de Sever do Vouga, com consequências gravíssimas no equilíbrio ecológico do território, onde desapareceram espécies como a lontra, o barbo, a boga, a enguia, a truta, o melro de água, o feto vaqueiro, o amieiro, o salgueiro e o carvalho e que o Rio Lordelo, entre a aldeia de Parada e a ponte pedonal sobre a barragem, foi o troço de rio que sobrou para muitas destas espécies se refugiarem;-----

2 – O Rio Lordelo alimenta várias levadas de regadio tradicional, as quais regam vários hectares de agricultura de subsistência, nas proximidades de aldeias envelhecidas e bastante desertificadas e são, também estes, os terrenos que amortecem eventuais incêndios em redor destas aldeias, onde cada vez mais a floresta ocupa terrenos agrícolas e os incêndios são frequentes;-----

3 – O Rio Lordelo tem um elevado potencial turístico, é atravessado por quatro pontes pedonais sobre as quais passa o PR7 SVV – Trilo da Aqualva, nele existem cascatas de elevada beleza natural e uma das melhores pistas de canyoning de Portugal;-----

4 – A construção de um paredão e de uma conduta com cerca de 2 km de comprimento no subsolo colocará em causa as várias nascentes de água, de minas e poços, que abastecem várias casas, fontes e lavadouros na aldeia de Lourizela;-----

5 – A construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Lourizela só traz impactos negativos para as comunidades locais e a preservação do Rio Lordelo é o maior legado que podemos deixar às gerações vindouras.-----

A Assembleia Municipal de Sever do Vouga é contra a construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Lourizela e recomenda à Câmara Municipal que solicite à CCDR-C o cancelamento deste projeto.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta. Vim aqui para me pronunciar sobre a proposta de moção que aqui foi apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves. Nós compreendemos as preocupações que expressou. Aquilo que gostaríamos era de ter mais informação e mais consubstanciada de forma a podermos fazer a avaliação integral daquilo que seria o resultado desta moção e, por isso, a sugestão que faríamos era se estaria disponível para adiar a votação para uma próxima Assembleia Municipal. Gostaríamos de tomar posição sobre ela, gostaríamos de estar em condições de a poder avaliar integralmente. Não tendo uma noção exata daquilo que são as consequências desta mesma votação, se o senhor Presidente estivesse disponível para nos fornecer mais informação no seguimento desta Assembleia, na próxima já estaríamos em condições de a poder votar. Nesta, com toda a franqueza, não estamos totalmente informados sobre aquilo que seriam as condições necessárias para podermos exercer esse voto de forma absolutamente consciente. Muito obrigado.-----

Almiro Machado chegou às 18:17.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Nós, no PSD, também corroboramos a posição do CDS porque, efetivamente, e perdoe-me, senhor Presidente, não temos propriamente muita informação sobre este projeto que estará em cima da mesa e, numa tomada de decisão, convém estarmos devidamente informados para saber exatamente aquilo que vamos aprovar ou reprovar. Nesse sentido, gostava de colocar a questão ao senhor Presidente da Câmara Municipal se no Município consta alguma informação relativa a este projeto, uma vez que é impactante no concelho, segundo aquilo que o senhor Presidente da Junta nos informa. Nesse sentido, gostaríamos que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, que sei que é uma pessoa apaixonada por estas questões, nos pudesse fornecer, caso hoje não seja votado e o nosso sentido era adiarmos a discussão, até à próxima Assembleia, de forma documental, aquilo que está em causa neste projeto. Solicitámos o adiamento da votação desta moção.-----

Jorge Graça – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa e restantes membros da mesma, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal de Sever do Vouga e excelentíssimos senhores Vereadores, excelentíssimos senhores deputados da Assembleia Municipal de Sever do Vouga e excelentíssimos senhores Presidentes de Junta, comunicação social aqui presente, funcionários da autarquia, público que nos segue via transmissão em direto, minhas senhoras e meus senhores. Sendo esta a minha primeira intervenção deste mandato, e apesar de já passados mais de quatro meses da tomada de posse, permita-me, excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, dar os parabéns a todos os eleitos e desejar a todos um bom desempenho das funções, de modo a proporcionarmos aos Severenses aquilo que precisam e esperam de nós. Uma saudação especial ao PSD pela vossa vitória. Em relação à moção apresentada pelo senhor Sérgio Soares, se calhar pela primeira vez, subscrevo, inteiramente, e penso que, em nome da bancada do PS, a comunicação que foi feita pelo senhor deputado António Monteiro e também partilhada pela Diana Paiva. Eu, sinceramente, também não me sinto muito preparado e penso que com os meus colegas se passa o mesmo, para votarmos esta moção. É, assim, de chofre e não conseguimos tomar essa decisão. Portanto, estamos de acordo com a posição do PSD e do CDS. Há bocado, pedi a palavra para fazer uma intervenção no seguimento da resposta do senhor Presidente da Câmara ao meu colega João Oliveira e quero começar por dizer que já se nota, realmente, uma mudança e, principalmente, uma mudança de atitude. Principalmente, nas pessoas que estão em continuidade do anterior mandato para este e, também, do Presidente da Câmara em relação ao anterior para o novo. Só para dizer, senhor Presidente, nós não somos inimigos, aliás, lá fora somos amigos e damo-nos todos bem. Noto, da sua parte, em relação ao Presidente da Câmara anterior, que muitas vezes foi aqui posto à prova na sua paciência, uma mudança de atitude em relação ao tom com que responde. Acho demasiado ríspido e, se calhar, demasiado agressivo o tom com que

respondeu ao meu colega João Oliveira numa questão que foi colocada, exatamente no mesmo sentido, pelo senhor deputado António Monteiro do CDS. Houve uma mudança de tom que eu notei. É evidente que tenho que notar, aqui, a mudança de postura, digamos assim, muito mais leve dos senhores deputados que, neste momento, estão no PSD e no CDS e que são de continuidade porque os outros ainda não os conheço. Mas, em relação à descarga que foi feita, eu penso que, nem o senhor deputado António Monteiro, nem o meu colega João Oliveira disseram, claramente, que era uma descarga feita pela AdRA. Eu simpatizo com a AdRA, contrariamente àquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, que não tinha nenhuma simpatia pela AdRA, sou cliente, pago caro, mas acho que sou bem servido, portanto, não tenho nada contra a AdRA. Acho que ninguém aqui tem a certeza que foi a AdRA que fez aquela descarga. O senhor Presidente da Câmara é que nos deu essa informação. Mas, sendo verdade aquilo que nos disse, que foi uma descarga feita pela AdRA, e nós questionamos para saber exatamente quem fez a descarga, o que é que foi. Acho de bom tom não aceitarmos julgamentos em causa própria. Aceitamos como verdadeira a resposta da AdRA. Eu, se estivesse no lugar do senhor Presidente da Câmara, e nunca estarei, eventualmente pedia uma contra-análise de alguém independente, porque, vamos acreditar que aquilo tudo é verdade? É evidente que, se eu tivesse cometido um crime, quer dizer, se calhar eu, honestamente, e por objeção de consciência, não conseguiria dizer que não o fiz, mas nem todo seremos assim tão honestos. Eu acho que a resposta que a AdRA nos deu poderá ser verdade, mas deveria ter sido confirmada por um organismo externo e independente. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Sérgio Soares – Obrigado, senhor Presidente. Relativamente a informação sobre o assunto do aproveitamento hidroelétrico de Lourizela, eu também não tenho nenhuma informação, ou não existe nenhuma informação, porque tal como eu vos disse, isto foi feito e está a ser tudo feito no secretismo dos gabinetes ministeriais e Lisboa e nesses acordos com essa empresa que comprou o rio. De qualquer forma, toda a informação que existe, ou aquela que eu transmito aqui, é porque, realmente, se calhar ando no terreno e procuro as coisas e consigo chegar a essa informação, tal como todos nós, deputados municipais e membros do executivo, devemos procurá-la porque acho que deve ser o nosso trabalho e não estar à espera que as coisas caiam do céu ou que nos apareçam feitas à frente. Contudo, também admiro-me pelas três bancadas virem aqui dizer que não sabem de nada, quando, que já ando aqui há oito anos, os colegas também, Dr. António Monteiro só há quatro, mas nos últimos quatro anos, pelo menos, já foi muito falado. Já aqui vim várias vezes falar sobre esse assunto. É um assunto que remonta a 2008. Se não têm informação ou se não sabem é porque não querem, desculpem lá. Quanto a adiar o ponto, estamos em democracia e os senhores é que tomarão essa decisão. Eu acho que poderá ser tarde demais e, tal como noutras situações, em que as moções são apresentadas aqui na reunião de líderes e passada meia hora são apresentadas e votadas e nunca ninguém argumentou que não estariam em condições ou com informação insuficiente para as votar, mas os senhores deputados e a Mesa é que deliberará. Obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria usar da palavra para responder à questão colocada sobre se a Câmara Municipal tinha alguma informação sobre aquela matéria.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Não deu entrada. A informação que me foi dada, a mim, pessoalmente, ainda não a partilhei com o grupo municipal do PSD, não deu entrada nos serviços da Câmara nenhum pedido de informação nem nenhum pedido de licenciamento relativamente a este aproveitamento hidroelétrico. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se me permite, também, responder ao senhor deputado Jorge Graça, eu penso ter dito que não tenho nenhuma simpatia especial pela AdRA. Não é dizer que não tenho nenhuma simpatia. Eu até acho que tem coisas boas e tem coisas más, como tudo. Não tenho é nenhuma simpatia especial. Agora, eu não estava contra a AdRA quando estava na oposição e agora estou a favor. Os senhores é que estavam a favor de tudo o que a AdRA fazia quando estavam no poder e, agora, pelos

vistos, estão contra tudo. Relativamente à forma como eu falei, eu infelizmente ainda não me consegui habituar à mentira. E, de facto, respondo um bocadinho ríspido, mas eu chego lá. Eu vou-me habituar. Portanto, quando o senhor deputado João Oliveira falou numa descarga poluente, quando tinha obrigação de saber, pelo menos eu julgo que vocês falam entre vocês, aquele local foi o local que o executivo anterior determinou com a AdRA que seria o local de descarga da ETAR. Não fui eu. Portanto, se os senhores não sabiam que aquela descarga, naquele local, era da ETAR, os senhores passem a falar entre vocês. É só um conselho que eu vos dou. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao órgão deliberativo se queria votar a moção apresentada na presente sessão ou se preferiam remeter a mesma para uma outra sessão.-----

António Monteiro pediu a palavra para poder intervir, tendo a mesma sido concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

António Monteiro – Senhor Presidente da Mesa, se me permite, apenas para fazer uma nota que é a seguinte. Quando alguém propõe uma moção, no período de antes da ordem do dia, em princípio é sua prerrogativa insistir pela sua votação ou não. Nós, aquilo que apelámos, foi a que ela fosse adiada, mas para isso é preciso o consentimento do proponente, para nós podermos fazer uma análise mais detalhada daquilo que é a informação disponível. Eu não posso deixar de dizer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves que, se há alguém que está informado sobre esse tema, é o senhor Presidente da Junta porque é, evidentemente, o autarca daquela freguesia. Compreendemos que, ao longo do último mandato, nos foi trazendo algumas informações, mas aquilo que nos pede agora é que tomemos uma posição e o objetivo de alguém que apresenta uma moção num período de antes da ordem do dia é, tanto quanto possível, gerar os consensos para darem força a essa mesma moção. O CDS apresentou várias moções, mas a nossa preocupação foi sempre de tentar alargar os apoios para que essa moção tivesse a maior força possível dentro deste órgão e que procurasse unir todas as pessoas em torno dessa mesma posição. Aquilo que nós fizemos foi um apelo, ou seja, se no fundo quer alargar esse apoio, acaba por ter aqui três partidos que lhe dizem para lhes dar um bocadinho mais de informação e um bocadinho mais de tempo porque, efetivamente, não a temos. Nada nos afasta, à partida, daquilo que é o objetivo. Mas, para podermos ser consequentes com essa votação e podermos votar de forma a ampliar o apoio que o senhor Presidente da Junta nos vem pedir a todos nós, precisamos de tempo e que nos forneça um pouco mais de informação para poder fazer esse juízo político. É evidente que a prerrogativa de colocar à votação é do senhor Presidente da Junta. Obviamente nós votaremos. Neste dia, provavelmente de uma forma, mas se nos fosse dada informação e se a adiasse, provavelmente conseguiria ter outro tipo de apoio para aquilo que é a tomada de posição que eu imagino que o senhor Presidente da Junta queira que tenha a maior força possível. Para isso, era importante conversarmos. Até o senhor Presidente da Junta, numa intervenção anterior, tomou a devida nota que nós estávamos a tentar falar dentro das nossas bancadas para tentarmos perceber o que é que era a posição de cada um dos nossos deputados municipais, mas a nossa auscultação não está, sequer, completa neste momento. Por isso mesmo, é que fizemos esse apelo. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Efetivamente, reconheço que tem razão nesse ponto. Isto é uma prerrogativa do proponente da moção na medida em que, se Sérgio Soares, Presidente da Junta de Couto de Esteves, pretende colocar, mesmo assim, com a posição das três bancadas, a moção a votação, fá-lo-emos. Se entender remetê-la para uma outra Assembleia procurando recolher mais informação que possam todas as bancadas apreciar, fica ao seu critério.-----

Sérgio Soares – Obrigado, senhor Presidente. Por mim, mais claro do que isto não pode existir. Está aqui um texto muito simples. É o que existe. Tal como eu disse, não tenho muito mais informação, não quer dizer que ela não possa aparecer futuramente. Eu considero que podemos votar isto hoje e se informação complementar aparecer,

futuramente, noutra Assembleia se pode apresentar outra moção e ser votada. Eu colocaria à votação hoje. Obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Moção Contra a Construção do Aproveitamento Hidroelétrico de Lourizela, apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Couto de Esteves, tendo a mesma sido aprovada com um voto a favor de Sérgio Soares e vinte e sete abstenções dos membros Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** pediu para fazer uso da palavra – Apenas para dizer que, até porque esta questão da AdRA será recorrente, e para explicar isto com total transparência a que nós queremos habituar o município, eu pedi ao Eng.º Vasconcelos, que é o Diretor Executivo da AdRA, para que realizasse explicações junto da ETAR, para que possamos visitar a ETAR, perceber a forma de funcionamento, quais são os planos da AdRA e, nomeadamente, também para que se possa analisar o local das descargas e a forma de funcionamento das descargas. Se o senhor Presidente entender está agendada para o dia 10 de março e aqueles que quiserem participar nesta visita poderão fazer, se o senhor Presidente da Assembleia Municipal permitir, junto da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal. Da forma que o senhor Presidente entender melhor.-----

Jorge Graça – Consideram-se todos cumprimentados na pessoa do senhor Presidente da Mesa. É só para dar uma informação da parte do PS. Acho que será escusado andar sempre a perguntar, uma vez que o senhor Presidente da Câmara não tem tempo para responder, se o PSD cede tempo. Acho que é de todo o interesse, de todos nós deputados municipais, que quando fizermos perguntas o senhor Presidente da Câmara responda. Portanto, dentro da tolerância possível, acho que podemos exceder um bocadinho os tempos que estão no Regimento para o senhor Presidente da Câmara responder e evitarmos sempre andar aqui a pedir tempo uns aos outros. Da parte do PS, penso que é essa a postura, quando fazemos perguntas queremos que o Presidente responda, independentemente de ultrapassar um bocadinho o tempo. Acho que é positivo para todos. Muito obrigado.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Quando eu alertei o senhor Presidente da Câmara Municipal já tinha excedido o tempo é evidente que eu dei tolerância, mas não fui eu, sozinho, que defini as regras do Regimento e o mapa dos tempos. Ou existem e são para cumprir, ou não existem e não são para cumprir e o grupo de líderes poderá, a todo o tempo, alterar isso. Acho que este regime de cedência de tempo já funcionava anteriormente, mas se acharem que será melhor de outra maneira, estão à vontade. Para concluir este ponto de antes da ordem do dia, tinha para apresentar uma moção que foi acordada na conferência de líderes, em conjunto por todos e por unanimidade, e que é do seguinte teor:-----

A Assembleia Municipal de Sever do Vouga, reunida no dia 25 de fevereiro de 2022, face à invasão da Ucrânia, pelas forças armadas da Federação Russa, vem, por este meio, manifestar o mais veemente repúdio pela flagrante violação do direito internacional, em especial da Carta das Nações Unidas, que coloca em causa a paz na Europa e manifestar, também, a sua total solidariedade com o povo da Ucrânia e, desse modo, transmitir esta moção às embaixadas da Ucrânia e da Federação Russa.-----

Colocada a moção à votação, a mesma foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor.-----

----- 3 – Período da Ordem do Dia -----

3.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público presente, mais uma vez, a todos muito boa tarde. Considerando que todos receberam a informação dispense a leitura da mesma. No entanto, não posso deixar de realçar o esforço feito para que possam ter acesso à informação dos trabalhos que têm sido desenvolvidos na Câmara Municipal no período em referência. Acreditamos que, só uma política de total transparência conseguirá criar sinergias e promover o desenvolvimento do nosso concelho. Aliás, como puderam verificar pela informação que o senhor Presidente da Assembleia prestou, esta Câmara Municipal não deixou de responder a todas as questões colocadas na sessão anterior, o que revela, uma vez mais, o nosso compromisso com a verdade. Tive o cuidado de criar uma informação inovadora, mas o mais completa possível de toda a atividade desenvolvida. Compulsados os elementos disponíveis, acredito que é a primeira vez que temos na informação escrita do Presidente conteúdo sobre os processos de contraordenação, o que, mais uma vez, demonstra a minha aposta numa gestão de transparência e rigor. Porém, estou, como sempre, disponível para aceitar as vossas sugestões de melhoria e/ou de inclusão de outros assuntos que considerem relevantes. Não posso deixar de referir a nossa aposta na melhoria das condições de vida da população Severense, sendo muito da nossa gestão diária destinada a esse desiderato. Chamo a vossa atenção para a questão das cheias do Rio Vouga, em dezembro de 2019, uma vez que, neste momento, já adjudicamos o parecer à Universidade de Aveiro estando em fase de procedimento para a adjudicação os pareceres do LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil e do Instituto Superior Técnico. Na reunião realizada com os lesados no dia 27 de janeiro, informei-os dos desenvolvimentos e reforcei, novamente, que se tinham perdido quase dois anos e que, na minha opinião, cada um deveria ter ponderado avançar com ação judicial para salvaguarda dos seus interesses. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, nesta informação escrita, eu queria, antes de mais, chamar a atenção para aquilo que foi a claríssima melhoria na sua apresentação. Eu acho que esta é a primeira vez que esta Assembleia Municipal tem uma informação escrita digna desse nome em que nos dá um contexto daquilo que é a atividade dos diferentes serviços municipais, nos diz, especificamente, qual é a situação financeira do Município e que, também, nos dá a informação relativamente à contratação pública, desde logo, em relação àquilo que são as empreitadas e as obras, no fundo, que tanto preocupam os severenses. Mas, há um outro ponto que nós não podemos deixar de falar, também, que, inicialmente, não aparecia nas informações escritas do anterior mandato, que depois começou a aparecer mal, mas que, neste momento, finalmente, começamos a ter o mínimo de informação e é a informação relativamente ao contencioso. E, em relação aos processos de contraordenação, às coisas que são aplicadas, há aqui algo que me deixa profundamente preocupado e, até, espantado – que são vários processos que desapareceram. Senhor Presidente, eu imagino que não tenham desaparecido agora porque, se nos está a dar esta informação, que se refere, no fundo, ao trimestre anterior, eu imagino que foi detetado só agora, porque também a Câmara anterior nunca nos explicou o que é que tinha acontecido a estes processos. Estamos a falar de processos de 2007, 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019. A minha pergunta é se perceberam o que é que aconteceu. Se está a ser desenvolvida alguma diligência para saber o que aconteceu e imagino que a auditoria que foi encomendada pelo Município nos possa dar algumas pistas. Já agora, se nos podia dar alguma informação quanto a que tipo de contraordenações é que nós estaremos a falar. Isto resulta do quê? Resulta de questões urbanísticas? Tem a ver com questões de obras que parece que foi iniciado um processo para aplicar uma coima e que depois o processo morreu e desapareceu? Há formas legais

que obriga, num processo contraordenacional, a que seja tomada uma decisão. Era bom que soubéssemos, mas já percebemos que será difícil perceber. Mas, essa responsabilidade deve ser assacada a quem a tem e, pelas datas destes processos desaparecidos, pertence essa responsabilidade às maiorias anteriores. Deixava estas questões ao senhor Presidente sobre a informação escrita para além de lhe dar, evidentemente, os parabéns pelo exercício de transparência e de informação que nos é prestada nesta Assembleia Municipal. Muito obrigado.-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. A informação escrita, senhor Presidente, está muito diferente do que era habitual e muito bem estruturada. Temos, agora, acesso a uma informação que vem mesmo dos serviços que executam a atividade, com indicação do responsável. Parabéns. O layout é diferente, mais agradável, mais informativo, mais responsável mesmo para o serviço que presta a informação. Não me vou alongar muito, senhor Presidente, mas quero dizer que, pelo que li, convenhamos que me retenho muito na parte jurídica, fiquei extremamente preocupada com a informação dos processos de contraordenação que são instruídos pelo Município. Recordo-me de aqui há uns anos ter pedido informação sobre os processos de contraordenação da competência do Município e foi-me transmitido que não seria possível por causa da identificação dos intervenientes. Pois agora temos informação, sem nomes, mas temos informação. Temos processos com mais de dez anos de existência sem decisão, processos que são instaurados anos depois do conhecimento dado ao Município, o que se fez nesses processos. Mas, mais preocupante senhor Presidente, é a informação de haver processos extraviados, como é possível, como é que os serviços não sabem onde estão os processos. Senhor Presidente, avance rapidamente com a auditoria, esta com certeza irá indicar o caminho a seguir. E o caminho será o da responsabilização. Obrigada.-----

Jorge Graça – Saúdo a todos, novamente. Vou começar por dizer que a nossa concordância foi, realmente, muito curta, senhor Dr. António Monteiro. Também discordando da Dr.^a Diana Paiva, eu não concordo com esta apreciação que foi feita da informação escrita. Reconheço que, efetivamente, se nota uma mudança em relação às anteriores. É verdade que o PSD prometeu muitas mudanças em relação ao passado. Eu, e principalmente os severenses que acreditaram e votaram no PSD, pensamos que essas mudanças serão para melhor. Mas não foi isso, na minha opinião e da bancada do PS, que aconteceu nesta informação escrita. Senhor Presidente da Câmara, o documento que nos enviou é tão maçudo, extenso e pouco objetivo, que eu não acredito que tenham sido muitos os que o tenham conseguido ler de fio a pavio. Sabemos que ainda não passou muito tempo desde que tomaram posse e por isso não podem ter feito muito. Assim, penso que o senhor Presidente achou que fazendo da informação escrita um extenso tratado, poderia dar a ideia de que já muito foi feito, o que não é verdade. Ou seja, apresentou-nos aqui um documento com muita, muita parra e pouca uva. Não sendo a sua formação académica na área das letras, como a filosofia, o direito ou outra, sendo de engenharia, esperava e espero de si no futuro, que adote um modelo mais sucinto, mais claro e objetivo, no fundo, mais leve. Se não o fizer corre o risco de poucos conseguirem ler as futuras informações escritas e com certeza não será isso que pretende. Passando da apreciação de forma geral que fiz anteriormente, quero tecer alguns comentários mais específicos. No que concerne à sua mensagem, penso que o senhor Presidente foi eleito para governar o município e não para continuar a fazer depreciações aos anteriores executivos, como o fez nesta mensagem. O senhor já ganhou as eleições pelo que não precisa de continuar a fazer campanha eleitoral. Mais, nestas depreciações que tece, há algumas imprecisões, desde logo não demonstrar a noção, que sei que tem, de que a gestão de uma câmara municipal é um processo dinâmico sendo, portanto, normal e até desejável, que haja obras e projetos que transitaram inacabados do anterior mandato para este. Aliás, note-se bem, que no orçamento por vós apresentado e aprovado na última sessão, constam projetos/obras cujo término está previsto para além da duração do vosso mandato. O exemplo que refere da obra da estrada de ligação de Silva Escura a Dornelas, em que refere

só existir um terreno efetivamente negociado, pela informação que temos, não é assim. Há vários autos de aquisição amigável de Prédios Rústicos com vários proprietários, que já foram a reuniões de câmara e até foram aprovados com voto a favor do senhor Presidente da Câmara, na altura Vereador. Concretamente os referentes aos artigos matriciais números 3323, 6237, 9718, 3308, 9736, 9461 e 9740, na reunião de Câmara de 14 de julho de 2021, ata número 14/2021; artigo matricial número 8757, na reunião de Câmara de 28 de julho de 2021, ata número 15/2021 e artigos matriciais números 9642, 9736, 9451 e 6158 na reunião de Câmara de 25 de agosto de 2021, ata número 17/2021. Mas, se fosse como diz, e como não me apercebi na informação jurídica e forense, informe quantos processos foram levantados por proprietários supostamente lesados por esta obra. E, como é evidente, os casos que ainda não estão resolvidos, é da vossa obrigação e competência dar-lhes continuidade. Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, de modo a simplificar este documento no futuro, acho que será dispensável que constem de forma tão exaustiva como neste, as deliberações das reuniões de câmara, as atividades do Museu, do CAE, da Biblioteca, etc., pois todos nós já recebemos quase a totalidade dessas informações por e-mail a partir dos vários serviços. Afinal, a Câmara Municipal de Sever do Vouga já tinha, e tem, muitos e vastos serviços. Um aparte em relação às deliberações da Câmara. Pela leitura das atas que recebemos das reuniões de Câmara deste mandato, constata-se que desapareceram os autos de medição, autos de suspensão, autos de revisão e outras informações sobre o ponto de situação das obras. Não sendo obrigatório, não seria de maior clareza que continuassem a levar às reuniões de câmara estas informações? Por fim, uma achega no que concerne à informação das obras públicas. Também achamos que piorou em relação ao formato anterior, tanto na forma como no conteúdo. Isto é, a anterior apresentação em tabela era mais prática. Quanto ao conteúdo, não sabemos se as taxas de execução apresentadas são físicas ou financeiras e, portanto, deviam estar de forma clarificada. E onde estão as datas de início e os prazos de execução? Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, entenda estes meus reparos como sugestões de melhoria do documento, que até são no sentido da simplificação do mesmo. É um documento muito importante no sentido de nos informar, pelo que deve ser de possível e mais fácil leitura. Muito obrigado.-----

Elga Silva – Boa noite, senhor Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, senhor Presidente, senhores Vereadores, Presidentes de Junta, deputados municipais, restante público. Desde já peço desculpa porque não me habituo a este sítio, mas sinto-me com a obrigação e dever moral de responder ao meu colega Jorge Graça porque, felizmente, ou infelizmente, estou envolvida no levantamento inerente à construção da estrada de Silva Escura a Dornelas. Só para lhe dar ideia, em um terço de obra, falou-me do que eu contei de identificação e que estive a ver nas atas, são por volta de quinze documentos que foram feitos e um terço da obra tem cinquenta e três parcelas de terreno para identificar, para reconhecer, para perceber quem é o dono e para fazer a documentação adequada ao efeito, para que as coisas estejam feitas corretamente. Acho que deve ser valorizado, mas também é preciso perceber o ponto da situação e como estão as coisas verdadeiramente e não ser menosprezado. Eu acho que, em relação a essa obra, uma vez que estou envolvida e faz parte da minha freguesia, até acho que a informação foi escassa porque, se fosse eu a escrevê-la, teria dito muito mais. Obrigada.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Começando pela senhora deputada Diana Paiva e pelo senhor deputado António Monteiro, de facto agradeço os comentários. Estamos, naturalmente, disponíveis para melhorar sempre a informação, mas, de facto, fizemos um grande esforço para que a informação fosse o mais completa possível, para que vocês tivessem acesso, da forma mais direta e objetiva, a toda a informação sem rodeios. Se vocês entenderem que algo está mal, estamos, naturalmente, disponíveis para melhorar. Senhor deputado Jorge Graça, é precisamente por causa de comentários como os seus que eu, às vezes, sou um bocadinho agressivo. Eu entendo que um caso está resolvido quando está pago. O que eu lhe digo é que só há um caso pago.

Curiosamente, é um elemento da vossa lista. Foi a única preocupação que vocês tiveram. Todos os outros não tiveram essa preocupação. Fique o senhor deputado Jorge Graça a saber que todos os terrenos estão por pagar, a maior parte está por identificar, nós já identificamos muitos, e se as pessoas não avançaram para Tribunal, foi porque nós temos feito um trabalho hercúleo para identificar as pessoas, para fazer o levantamento das plantas, para identificar os artigos. Isso, porque, os nossos antecessores não nos deixaram rigorosamente nada. Aliás, tudo têm feito para boicotar o nosso trabalho. Deixe-me dizer-lhe o seguinte – eu continuarei a comentar sempre aquilo que entender relativamente ao anterior executivo e não contem comigo para esconder nada. Relativamente à auditoria que, há pouco, me esqueci de dizer. A auditoria, quer a forense, quer a financeira, custará, certamente, muito menos do que as centenas de milhares de multas com que nós já fomos deparados desde que nós entramos em trabalho neste novo mandato. Relativamente à informação, o senhor deputado Jorge Graça se tiver sugestões, naturalmente as suas sugestões serão tidas em consideração e nós procuraremos que a informação fique de acordo com aquilo que o senhor deputado sugerir. Muito obrigado.-----

Jorge Graça – Senhor Presidente da Câmara, aceite como sugestões em relação à melhoria do documento aquelas faltas que eu aponte, nomeadamente, a clarificação das taxas de execução e sobre a informação da data do início e fim dos projetos. Em relação ao esclarecimento que me fez, é evidente que não está à espera que seja o Presidente da Câmara ou os outros Vereadores que vão passar os cheques. A partir do momento que eu acho que os autos de aquisição amigável estão fora das reuniões de Câmara, à partida, depois será da competência dos serviços procederem ao pagamento, que devem estar cabimentados, penso eu que será assim. Muito obrigado.-----

Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra ao Presidente da Assembleia Municipal para poder responder à intervenção de Jorge Graça, tendo a mesma sido concedida.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu tenho ouvido muito falar da palavra cabimento e, de facto, a palavra cabimento tem estado nas redes sociais e tem estado na boca das pessoas. Há dias, desloquei-me a Talhadas onde fui recebido por um senhor muito simpático e que me perguntou assim: “Senhor Presidente, então quando é que começa a obra aqui na rua?”. E eu disse-lhe que não tinha conhecimento de nenhuma obra naquela rua, na Rua da Capela. E ele disse “Você está a brincar comigo. Então, o seu antecessor esteve aqui, poucas semanas antes das eleições, e disse-me que a obra estava no Orçamento, que a obra já tinha cabimento e tudo.”. Eu disse-lhe que não tinha conhecimento de nada e o senhor disse-me que o topógrafo da Câmara, na semana antes das eleições, tinha andado naquele local a colocar estacas para fazer a obra. Senhor deputado Jorge Graça, o facto de ter dotação não significa nada. A dotação coloca-se num dia e retira-se no outro e as pessoas, fica o senhor a perceber, inclusive, disseram-me, muitas vezes, “eu em si confio, mas não confio na Câmara”. Aquilo que temos feito é, antes de entrar no terreno das pessoas, ter o papel firmado e as pessoas hoje assinam e tudo vai ser pago. Eu acho que é assim que devemos proceder. Já agora, deixe-me dizer-lhe que, no caso do Caminho da Capela da Frágua, nem sequer cabimento tinha. Tinha dotação e era de cinco euros. E assim se conquistam votos. É este o vosso legado. Espero que se sinta orgulhoso com isto.-----

3.2 Regimento: - O **Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu as alterações ao Regimento da Assembleia Municipal, acordadas na conferência de líderes, e colocou as mesas à votação. O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, o Regimento da Assembleia Municipal com as alterações apresentadas.-----

3.3 1ª Alteração Modificativa (Revisão Orçamental): - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2022, com um reforço na despesa no valor de €4 100 000,00 (quatro milhões e cem mil euros).-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para, se assim o entender, algum esclarecimento.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Esta revisão trata-se, no fundo, da integração do fundo de caixa distribuído pelas despesas correntes e de capital. Esta alteração deveu-se, essencialmente, no reforço das dotações das seguintes rubricas: nas despesas correntes – despesas com pessoal €80 000,00, muito motivada pela constituição, pelo anterior executivo e já após as eleições, de lugares de chefia e alterações de categoria profissional, também pelo anterior executivo e também já após as eleições, sendo certo que, muitos anos antes, nunca foi feita a avaliação no desempenho dos colaboradores de acordo com o SIADAP com a conseqüente e natural aumento das despesas da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações. Parecendo que, durante muitos anos se esqueceram dos funcionários e só se lembraram deles no dia a seguir às eleições. É com isto que nós temos tido que lidar nos últimos quatro meses quase todos os dias. Relativamente à aquisição de bens, € 119 000,00 essencialmente em refeições escolares, materiais para as obras municipais e outros bens. Aquisição de serviços € 675 000,00, essencialmente em serviços de recolha de resíduos, em eletricidade, em serviços especializados, em serviços para a Ficavouga e Feira Nacional do Mirtilo e em serviços diversos. Nas despesas de capital, Estrada de Dornelas a Silva Escura € 400 000,00. Verificamos que a quase totalidade das obras públicas em execução ou programas pelo anterior executivo estavam muito suborçamentadas e a estrada de Dornelas a Silva Escura é apenas um exemplo. Reposição de infraestruturas €450 000,00, sendo que a segunda tranche, que está prevista, no valor de 35% ainda não está assinalada neste Orçamento porque não está, ainda, assinado o protocolo. Sinalização horizontal € 150 000,00. Projeto Nature Storytelling at Sever do Vouga €115 000,00. Aquisição de terrenos €203 000,00, sendo certo que este dinheiro não chegará. Autocarro elétrico € 470 000,00. Transferências de capital para instituições sem fins lucrativos €100 000,00. Transferências de capital para a CIRA €220 000,00. Foram, ainda, criados os seguintes novos projetos: Impermeabilização e Pinturas Interiores da Piscina Municipal; Parques Infantis; Pista do Alto do Roçário; Bairro Social - Conservação e Reparação; Zona Industrial dos Padrões - Ampliação Norte, iremos elaborar o projeto; Zona Industrial de Talhadas, projeto; Zona Industrial de Cedrim, projeto; Construção de Muros de Suporte à Rede Viária; Conservação e Reparação de Estradas; Arranjos Urbanísticos - Construção de Passeios, Valetas e Melhoramentos da Plataforma Viária, este para substituir as rubricas de Pequenos Troços e Largos e Reparação de Infraestruturas - Estradas Municipais; Caixilharias para Espaços Municipais. Estes são, apenas, alguns exemplos. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

De seguida, foi aberto, pelo **Presidente da Assembleia Municipal**, um período de intervenção, tendo sido dada a palavra a David Alves.-----

David Alves – Senhor Presidente da Mesa e restantes membros, senhor Presidente da Câmara e restantes membros do executivo, colegas de bancadas, membros da Assembleia Municipal e restantes presenças. Estamos perante a primeira revisão orçamental, portanto, a intenção do PS é abster-se nesta votação em seguimento da sua abstenção na aprovação do orçamento. Para nós, o orçamento é um instrumento político que o executivo tem para programar o mandato e um ano de atividade. Achamos que as revisões são essenciais para se poder trabalhar naquilo que é mais urgente. Vinha, já do nosso tempo, e não é mentira nenhuma, que nós, muitas vezes, éramos atacados por abrir as rubricas com cinco euros e fazer cabimentos por cinco euros e temos a certeza que o executivo também irá, em tempos futuros, fazer aquilo que é normal. Uma coisa é uma revisão orçamental, outra coisa é um reforço orçamental. A partir do momento em que a rubrica seja aberta e esteja cabimentada pode ser transferida verba e podem alargados os valores transferindo de outros. Se isso não acontecer tem de vir a uma Assembleia, e nós temos quatro ou cinco Assembleias por ano, para que essas alterações sejam aprovadas por nós. Nesse aspeto,

nós achamos que é normal, que faz parte do corrente as alterações orçamentais e como é um orçamento político e desempenho do executivo, nós vamo-nos abster.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta. Nesta revisão orçamental, que é a primeira, é a revisão orçamental em que se faz a integração do saldo do ano anterior. Como nós sabemos, para haver um saldo significa que houve verba que não foi executada no ano passado. Essa verba não foi executada não por responsabilidade desta Câmara, mas porque, na Câmara anterior, aquilo que foram compromissos que tinham sido assumidos, nomeadamente com os partidos da oposição, acabaram por não ser executados. Entre eles está, evidentemente, a Estrada de Silva Escura a Dornelas que, ao longo dos dois últimos anos, temos vindo a chamar a atenção que foi objeto de negociação para a aprovação do orçamento da anterior Câmara com as oposições que, neste momento, compõem a nossa nova maioria e, aí, aquilo que eu tenho que dizer é que as obras, como há pouco o senhor Presidente da Câmara chamou à atenção, e bem, são de quem as faz e paga. Portanto, não há cabimentos de cinco euros, pode haver orçamentações de cinco euros, mas depois não é possível fazer uma obra por cinco euros e, para isso, é preciso que se faça os procedimentos como deve ser, que se procedam às expropriações ou os acordos que for necessário para poder executar as obras e é preciso pagá-las. Por isso, este saldo de gerência é o resultado da ineficiência da anterior Câmara e que os Severenses julgaram censurando a anterior Câmara e que deu origem a que esteja comprometido com obras que resultam de compromissos que foram assumidos connosco, na oposição, mas, pelos vistos, será necessário que seja esta Câmara a fazer e a concluir aquilo a que a anterior Câmara se tinha comprometido. Dentro desta revisão orçamental, também gostaria de chamar a atenção apenas para três pontos que, para nós, são estratégicos e que revelam aquilo que já é ação desta nova maioria. Uma atenção especial às crianças com um investimento nos parques infantis que estão, em muitos casos, em mau estado e em que é fundamental que as nossas crianças tenham onde brincar, onde estar, porque, se há algo que Sever precisa é de apoiar a natalidade para rejuvenescer a sua população. Uma aposta na economia, nas zonas industriais e isso é, claramente, uma marca desta nova Câmara. E, também, uma aposta estratégica em algo que correu muito mal o ano passado, a pista do Alto do Roçário. Um evento de dimensão nacional, dos poucos que tinha calendário em Sever do Vouga, e que, face ao facto de não ter sido tomadas as medidas que deviam ter sido tomadas, foi para outro concelho e, aí, é preciso que Sever seja atrativo, saiba receber e saiba investir onde pode trazer mais-valias para a dinamização deste mesmo concelho. Não queria terminar esta minha intervenção sem sublinhar estas apostas estratégicas da Câmara. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 1ª Alteração Modificativa.-----

Vinte e um votos a favor – Alexandre Rocha, Alexandre Tavares, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, José Sousa, José Lemos, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.---

Sete abstenções – David Alves, Iolanda Matos, João Oliveira, Jorge Graça, Júlio Fernandes, Luís Pedro e Sérgio Soares.-----

3.4 Plano Anual de Recrutamento: - Foi apresentado o Plano Anual de Recrutamento para 2022 à Assembleia Municipal para apreciação e votação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu, em primeiro lugar, a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Considerando o estabelecido na legislação aplicável, durante o primeiro trimestre do ano deve ser aprovado o mapa anual global consolidado a recrutamentos consolidados. Pretendo esclarecer que este plano corresponde ao mapa de pessoal aprovado na sessão da Assembleia Municipal anterior, não existindo qualquer alteração ao mesmo. Muito obrigado.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenção.-
Jorge Graça – Renovo a todos os meus cumprimentos. Neste ponto, Plano Anual de Recrutamento para 2022 anuncio, desde já, que a bancada do PS votará a favor. Somos uma bancada da oposição, mas não somos do contra e, principalmente, do quase contra tudo, como se constatava no mandato anterior. Somos por Sever do Vouga. Sabemos que a aprovação deste documento é uma obrigatoriedade e uma formalidade, tanto agora como nos anos anteriores. O documento apresentado é também uma continuidade dos apreciados em anos anteriores. Sabemos ainda que os recrutamentos apresentados para criação de novos postos de trabalho, não implicam a obrigatoriedade de se efetivarem todos. Serão preenchidos apenas os necessários e possíveis. Mas já antes assim era. Por isso, não posso deixar de reintroduzir a analogia criada pelo CDS, e apenas em sentido figurado, dos “*chefes e dos índios*”. Pela análise deste documento, são abertos recrutamentos para mais técnicos-superiores e assistentes técnicos (cerca de 27), os tais designados pelo CDS figurativamente como “*chefes*”, do que para assistentes operacionais (cerca de 23), que o CDS designou figurativamente como “*índios*”. Isto é, mais “*chefes*” do que “*índios*”. Talvez, agora, isto já não incomode tanto os que anteriormente se sentiam incomodados. A nós, a aprovação destes lugares para recrutamento não nos incomodam, pois a ser possível preencher alguns destes postos de trabalho, tal será feito através de um procedimento por concurso público. Agora, o que, mais do que nos incomodar, nos preocupa, é o aumento do número de “*chefes*” criados por deliberação do executivo, alguns já conhecidos e outros que se especula venham a ser nomeados. Sendo legais as nomeações destes novos “*chefes*”, serão mesmo necessárias e trarão retorno positivo para o município face aos custos associados? Esta é, para já, uma das maiores mudanças em relação ao anterior executivo. Excelentíssimos senhores membros do executivo camarário, não queiram transformar a Câmara Municipal de Sever do Vouga num grande “*Conselho de Chefes*”, este conselho com “*s*”. Fica o alerta. Muito obrigado.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Minhas senhoras e meus senhores. Eu confesso que não tencionava cá vir intervir, mas o meu colega, Jorge Graça, do PS, fez aqui uma intervenção procurando ter graça, mas que acabou por não ter graça e não teve graça só por uma razão, é que nunca percebeu a analogia dos chefes e dos índios. Quando falámos em chefes, nós não falámos nos técnicos-superiores, nós falámos foi nos cargos de chefia e o que parece ser algo engraçado é que o meu colega, Jorge Graça, não ouviu aquilo que o senhor Presidente da Câmara ainda há pouco nos disse. É que, as chefias, foram preenchidas pela Câmara anterior depois de já ter perdido as eleições. Portanto, os chefes são, até, responsabilidade dessa bancada. Agora, não está é, com certeza, à espera que não se contratem técnicos-superiores e os funcionários que são necessários para garantir o funcionamento do Município. E nunca foi essa a questão do CDS. A questão do CDS foi através da criação artificial de chefias procurasse remunerar, para além daquilo que estava estabelecido nas tabelas fixadas pela Administração Central, funcionários municipais sem que isso se traduzisse numa melhoria dos serviços do município e isso foi aquilo que nos foi aqui explicado quando veio aqui o quadro de pessoal com o aumento do número de chefias, é que era para remunerar de forma mais simpática quem já estava no Município. Portanto, há aqui algo que me parece evidente, é que, quando falamos na questão dos chefes e dos índios, é bom perceber quem é que já criou os chefes depois, até, de já ter perdido as eleições condicionando aquilo que é o funcionamento desta maioria e aquilo que são contratações de técnicos de que os quadros do Município estarão necessitados para poder prestar os serviços que a população necessita. Disse.-----

Sérgio Silva – Muito obrigado, senhor Presidente. Eu queria citar aqui um provérbio popular do tempo da Roma antiga que usa-se muito em Sever do Vouga e que diz que “*à mulher de César não basta ser, à mulher de César tem mesmo que parecer*”.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu não ia responder, mas, de facto, tem sido um exemplo do que tem sucedido ao longo desta Assembleia Municipal e estou certo de que se

seguirá nas próximas, que é deturpar muito aquilo que se diz. Senhor deputado Jorge Graça, nós precisamos de técnicos-superiores na Câmara Municipal. Assim como precisamos de assistentes-técnicos. Nós precisamos de fiscal, precisamos de um arquiteto, precisamos de um técnico de SIG, precisamos de um engenheiro florestal. Nós precisamos para a Câmara funcionar. Inclusive, a Câmara Municipal já teve esses técnicos, mas muitos deles abandonaram porque nem sequer quiseram trabalhar com o antigo executivo. Era assim que funcionava. Relativamente a esta questão dos chefes, eu acho que foi esclarecido. Nós temos chefes que, de facto, não têm subordinados. Mas, isso não foi algo que nós criamos, foi algo que foi criado depois das eleições. Quero só dar um exemplo, que é algo que soubemos há dias, a Biblioteca Municipal que, para funcionar teria que funcionar com um técnico-superior e três ou quatro assistentes-técnicos, tem, neste momento, cinco técnicos-superiores porque, no dia a seguir às eleições, por mobilidade interna, o anterior executivo passou os assistentes-técnicos para técnicos-superiores e, neste momento, a Biblioteca tem cinco técnicos-superiores em que nenhum deles é bibliotecário. Isto é aquilo com que nos encontramos todos os dias e o senhor quer que eu não diga nada disto, pois se calhar dava-vos jeito, mas eu tenho que dizer. Porque é com isto que nós nos deparamos todos os dias. Nós temos o direito de formar as nossas equipas e, por muito que vos custe, nós não podemos estar um ano à espera que entre uma pessoa. Nove meses, ou um ano, é o tempo demora uma pessoa a entrar. Nós temos feito um esforço grande. O facto de termos criado, como o senhor também sabe, porque era assim com o anterior executivo e é assim com este, o facto de os lugares estarem criados no quadro não quer dizer que se venham a efetivar esses lugares. Agora, nós entendemos que existe um executivo novo que tem a sua estratégia e quero-lhe dizer que é com muito orgulho que eu trouxe pessoas que não dependem da política para nada, que vêm perder dinheiro, trabalhar com espírito de missão nesta Câmara Municipal com a criação do Gabinete de Apoio à Presidência e do Gabinete de Apoio à Vereação. Agora, se é por aí que os senhores querem ir, se é com essa política que os senhores querem fazer, os senhores continuem. Agora, não contem é que eu fique calado a ouvir-vos dizer as coisas que dizem. Muito obrigado.-----

Jorge Graça – Muito boa tarde. Cumprimento a todos. Senhor Presidente, apetecia-me voltar a ler a minha intervenção. Eu subscrevo tudo aquilo que acabou de dizer e entendo tudo aquilo que disse e comecei por dizer que vamos votar favoravelmente exatamente porque concordamos que isto é tudo assim. Só alerta é o seguinte - é direito vosso fazerem as nomeações que a lei vos confere e a pergunta que eu fiz e quero que fique esse alerta, é que, será que o retorno será positivo face aos gastos? É evidente que isso tem custos e já falamos aqui, várias vezes, na falta de cabimento para várias rúbricas. É uma questão de gestão e vocês é que têm a obrigação de gerir e é só esse alerta que fica. Em relação ao senhor Dr. António Monteiro, a analogia mantém-se atual. O que mudou foi a sua visão dessa analogia. Isso é que mudou. Termina com a frase que o senhor Presidente da Junta do Couto citou, é que eu sei que vocês são sérios e querem fazer um trabalho sério, como também o anterior executivo o queria, mas como o senhor Presidente da Junta do Couto disse, não basta ser sério, também tem que parecer e há, aqui, pontas soltas que nos levam a duvidar e, às vezes, aquilo que parece, se calhar, é, não sei. Muito obrigado.-----

Presidente da Câmara Municipal – Só para lamentar esta última declaração do senhor deputado Jorge Graça. Se o senhor entende que há pontas soltas, por favor enumere-as. Diga quais são. Não é lançar para o ar que parece que há pontas soltas. Pergunto, mais uma vez, é esta a política que os senhores querem fazer nos próximos quatro anos? É que, os senhores disseram-nos que não iam fazer uma oposição de “bota-abaixo”, os senhores disseram que queriam fazer uma política construtiva. É isto? Nós estamos aqui há quatro anos. Estamos a fazer o melhor para a nossa terra, ou acreditamos nisso. Cometemos já, certamente, muitos erros. Quando eu chamo alguém para trabalhar connosco é porque acredito que os custos são muito menores do que os benefícios. Peço-lhe, por favor, se o senhor entende que há pontas soltas, o senhor diga porque eu não as vejo, com toda a

sinceridade. Se eu as visse, eu, seguramente, era o primeiro a pegar nelas. Muito obrigado.-----

Jorge Graça – Só para que não fiquem dúvidas, eu não fiz nenhuma insinuação de que havia pontas soltas. Fiz uma interrogação. Mais nada. Se houvesse, dizia. Mas, o senhor Presidente, com certeza, se apercebe de algumas coisas que se especulam, penso eu. Acha que estamos a ser do “bota-abaixo”? Por amor de Deus. Quantas votações já votamos contra? Aliás, nas deliberações da Câmara, quantas vezes é que os deputados do PS votaram contra alguma deliberação? Muito obrigado.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu não sei o que é que especula. Foi isso que eu acabei de lhe dizer. O senhor diga, por favor. Quando quiser fazer uma insinuação, o senhor diga que está a fazer uma insinuação porque eu não consegui perceber.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Agradeço que terminem com o diálogo. Penso que a situação em causa ficou devidamente esclarecida, assim com as posições das partes. Não havendo mais intervenções a registar, vamos à votação.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, o Plano Anual de Recrutamento para 2022.-----

3.5 Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais: - Para a designação de dois representantes das freguesias na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, tendo sido designados José Carlos Ribeiro de Sousa e António Fernando da Silva Dias como representantes e Fernando Pereira Rodrigues como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e seis votos; Branco – um voto, Nulo – um voto.-----

3.6 Conselho Cinegético Municipal: - De forma a designar um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, foi realizado o ato eleitoral, por escrutínio secreto, tendo sido designada como membro efetivo Elga Maria do Amaral Martins da Silva, Presidente da União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas e Sérgio Soares da Silva Presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves como suplente.-----

Resultado da votação na lista apresentada: Sim – vinte e seis votos; Branco – um voto, Nulo – um voto.-----

3.7 Avaliação do RJPAAP na Albufeira de Ribeiradio – Relatório Final: - Foi apresentado, para conhecimento, o Relatório Final da Avaliação do RJPAAP (Regime de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e das Lagoas ou Lagos de Águas Públicas) na Albufeira de Ribeiradio.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Queria só fazer uma correção, se me permitir. Há pouco, penso que referi que na Biblioteca eram quatro técnicos-superiores e eram, na realidade, três assistentes-técnicos que passaram para três técnicos-superiores. Peço desculpa pelo lapso. Relativamente a este ponto, estou ciente que todos leram, com atenção, o relatório final do IGAMAOT e, certamente, não sou apenas eu que estou preocupado com esta situação. Lamento que o anterior executivo nada tenha dito sobre a inspeção do IGAMAOT, nem tenha deixado qualquer processo na Câmara Municipal com estes elementos. Esta ação de inspeção ocorreu em janeiro de 2021 e o executivo anterior teve conhecimento da mesma, pelo menos, em abril de 2021. Estou certo de que, se não fosse eu o Presidente da Câmara Municipal, provavelmente vossas excelências não teriam acesso a este relatório. Tivemos conhecimento da ação em inspetiva no início de janeiro deste ano numa reunião com o Dr. Alexandre Pereira e duas advogadas do gabinete de advogados contratado pelo anterior executivo devida à mudança da jurista afeta à Câmara Municipal. Nesse momento, o Dr. Alexandre deu-nos cópia do que tinha na sua posse, sendo que o processo estava incompleto, uma vez que o anterior executivo não lhe tinha remetido os elementos todos. Percebemos que nos faltava a defesa

apresentada pelo executivo anterior e só após pedidos ao gabinete de advogados é que eu, na qualidade de Presidente da Câmara, tive acesso à defesa deduzida, pois a mesma, apesar de assinada pelo anterior Presidente, não estava guardada em qualquer suporte documental na Câmara Municipal. De imediato, e face à gravidade da situação, entramos em contacto com a Professora Fernanda Paula Oliveira, professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, para que nos pudesse ajudar no enquadramento da situação e eventuais soluções. Em 4 de fevereiro deste ano, fomos notificados do relatório final do IGAMAOT e que já conhecem. A albufeira está classificada como uma albufeira de águas públicas de serviço público pelo Decreto-Regulamentar n.º 3/2002, de 4 de fevereiro, e reclassificada pela Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio como albufeira de utilização protegida sujeita ao nível mais alto de proteção. Não foi elaborado o POAP – Plano de Ordenamento de Albufeira de Águas Públicas. Está em curso a elaboração um programa de albufeira, mas ainda não foi aprovado. O regime aplicável na área é, por isso, o que consta do Decreto-Lei n.º 107/2009, Regime Jurídico da Proteção das Albufeiras de Águas Públicas (RJPAAP). Temos um caso muito grave pela frente. Um gravíssimo problema, mas que vamos encarar com rigor e firmeza. Ontem, reunimos com a Câmara Municipal de São Pedro do Sul e a Câmara Municipal de Oliveira de Frades, também visadas na referida inspeção, no sentido de podermos, conjuntamente, construir soluções. Quero, contudo, deixar claro que os casos neles configurados não são, de todo, tantos, nem são, de todo, tão graves como os nossos. Preocupa-nos que o anterior executivo tenha alegado, na defesa apresentada, que já estava a adotar medidas para a situação, designadamente através da contratação de procedimentos para a contratação de fiscal, de jurista e dar continuidade a processos de contraordenação quando, na verdade, o anterior executivo nada fez sobre este assunto e nem sequer deixou o dossier na Câmara Municipal. Com efeito, à data da nossa tomada de posse, não estava pendente. É como se não existisse. Qualquer procedimento para contratação de fiscal municipal, qualquer procedimento para contrato de jurista, qualquer pedido de instrução de processo de contraordenação, com base no relatório preliminar do IGAMAOT. Após a nossa tomada de posse, e mesmo sem termos conhecimento desta situação, consideramos manifestamente impossível prever uma gestão urbanística de qualidade sem fiscal municipal, pelo que encetamos todos os esforços para dotar a Câmara Municipal de um técnico para essa função, informando desde já, que no dia 2 de março deste ano, vai iniciar funções uma fiscal municipal, natural e residente em Sever do Vouga, em regime de mobilidade. Iniciamos o procedimento concursal para admissão de um jurista. Estamos a analisar, com cuidado, os procedimentos de contraordenação que têm de ser instruídos, sendo certo que, vamos ter que esclarecer ao IGAMAOT que, em vez de darmos seguimento, teremos de iniciar os procedimentos. Eu quero deixar isto muito claro. Em vez de darmos seguimento, vamos iniciar os procedimentos porque, até agora, nada foi feito. De notar que o relatório nos dá noventa dias para desencadear os procedimentos adequados e para o desencadeamento das várias ações, designadamente identificar e notificar os proprietários para, querendo, apresentarem pedido de legalização, sabendo nós que, face ao quadro normativo, atualmente aplicável, muito dificilmente existirá enquadramento para tal. Eu volto a repetir - face ao quadro normativo, atualmente aplicável, muito dificilmente existirá enquadramento para tal. Instruir os processos de contraordenação em conformidade com a legislação aplicável. Eu não sei se as senhoras e os senhores deputados têm noção da gravidade do que aqui está. Eu não sei se as senhoras e os senhores deputados têm noção do que se passou, estes últimos anos, na Câmara Municipal. Acreditem que, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, nunca tive conhecimento de nada disto e, a partir de agora, a lei será respeitada inequivocamente. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período para intervenções, tendo concedido a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Renovo os cumprimentos. Posso afirmar que não tenho adjetivos que qualifiquem aquilo que vimos neste relatório. Aquilo

que vimos neste relatório, somado ao que vimos na informação escrita, somado ao quadro de pessoal que temos necessidade, não se admite que um Município não tenha, no seu serviço, um fiscal, que não tenha um arquiteto, que não tenha um engenheiro florestal e que ponha tudo nas costas de um único técnico a análise de todos os processos. É inadmissível. Depois, temos situações destas que são muito graves. O fechar os olhos a muito do que se passa é extremamente grave e, da minha experiência profissional, estou até muito admirada como é que uma instituição como o IGAMAOT agiu tão rápido. Pela experiência que eu tenho é que é uma instituição da Administração Central que funciona de forma muito lenta ao ponto de conseguir prescrever processos. No entanto, aqui não foi isso que se passou. Esta entidade teve o cuidado de mandar técnicos, a sair dos seus gabinetes em Lisboa, que nunca conhecem nada no país, e vieram a Sever do Vouga, Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Vale de Cambra e viram o que o Município, aqui ao lado, não viu. É inadmissível o que temos neste relatório. É inadmissível termos respostas que, pelo que vemos no relatório, não estão implementadas. Acho que, hoje, este relatório deve ser apreciado e se deve pedir responsabilidades, ao mais alto nível, do que se passou aqui. Muito obrigada.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, Severenses que nos estejam a ver em casa que não estão a ver este relatório. Este relatório era bom que fosse publicado na página do Município para que todos os Severenses possam saber o que aconteceu ao longo dos últimos anos em torno da barragem de Ribeiradio aqui em Sever do Vouga. A situação é de uma enorme gravidade, como já aqui foi dito, porque nós estamos perante ilegalidades a que a anterior Câmara fechou os olhos. E, aqui, não é para ser engraçado, nem é uma insinuação. É algo que é dito pela inspeção da Administração Central. Estamos perante, pelo menos, um licenciamento que é nulo, assim é entendido, portanto, levou a participação ao Ministério Público. E mais, estamos perante uma ilegalidade que foi cometida pela própria Câmara de Sever do Vouga ao fazer, ilegalmente, aquele espaço de fruição que, aqui, tivemos ocasião de analisar no mandato anterior. As consequências são graves porque estamos a falar, no caso do licenciamento ilegal por de dar em perda de mandato. Estamos a falar em crimes ambientais, em contraordenações ambientais e é evidente que leva-nos a perguntar o que é que aconteceu às contraordenações que desapareceram, segundo a informação escrita que tivemos. O que é que irá acontecer havendo uma participação ao Ministério Público por parte desta entidade inspetiva. Aquilo que nós percebemos é que isto vai ser grave no sentido daquilo que é a dificuldade de pôr em ordem aquilo que é esta zona do Município que esteve a funcionar, pelos vistos, segundo as leis do faroeste. É evidente que isto tem consequências e tem responsabilidades. E mais, tem, inclusivamente, responsabilidades pessoais, senhor Presidente da Câmara. Por isso, eu aproveito para lhe perguntar, por exemplo, se já lhe foi pedido, por parte de algum autarca com responsabilidades anteriores, que lhe seja prestado o apoio jurídico a que tem direito nos termos dos estatutos dos eleitos locais, ou seja, vai ter que ser o Município de Sever do Vouga a pagar os advogados de defesa destas ilegalidades que foram cometidas no passado. Queria, também, saber se tem ideia de quanto é que vai custar, por exemplo, regularizar a zona de fruição que, pelos vistos, foi ilegalmente feita pela Câmara de Sever do Vouga no mandato anterior. E, no fundo, se temos ideia do que isto vai custar ao Município para pôr em ordem. Estamos a falar de inúmeras obras ilegais que não foram vistas, que ninguém se apercebeu e que, agora, sob pena de haver responsabilidade da atual Câmara, vai ter que atuar. Vai ter que fazer aquilo que os outros não fizeram enquanto as coisas estavam a acontecer e que deveriam ter embargado essas obras que eram ilegais. Já agora, senhor Presidente, em relação à resposta que foi dada pelo seu antecessor a esta entidade inspetiva, a pergunta que apetece fazer é se alguma parte dessa resposta era verdadeira ou se estávamos apenas perante desculpas de mau pagador, de alguém que não queria ver e não queria assumir as suas responsabilidades na gestão do território. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria responder às questões colocadas pelo membro António Monteiro.-----

Presidente da Câmara Municipal – Se já pediram advogados, não. Quanto vai custar a legalização. A minha preocupação, e aquilo que eu receio, é que há situações que, nem sequer, são passíveis de legalização. Isso é, efetivamente, o que me preocupa mais porque eu acho que, aquilo que foi sendo percecionado pelas pessoas é que podia-se fazer e, algum dia, ia-se legalizar e a verdade é que, pela informação que nos foi sendo prestada e por este relatório do IGAMAOT, aquilo que nós podemos concluir é que há, efetivamente, situações que não são passíveis de legalização. Quanto à pergunta que me fez, se alguma da resposta do meu antecessor era verdadeira, eu não encontrei nenhuma. Gostava de acrescentar uma coisa, se me for permitido, que é algo que tem sido, muitas vezes, falado, que era a zona de fruição de Couto de Esteves. Para quem não sabe, a zona de fruição de Couto de Esteves está ilegal. Foi algo que foi feito, em plena campanha eleitoral, e que está perfeitamente ilegal. A própria construção, na aldeia dos Amiais, de uma casa de banho que lá existe, está ilegal. Mais uma vez digo, é com isto que nos temos deparado todos os dias. Quero deixar muito claro que não são ameaças, como aquelas que ainda hoje recebi, que me vão parar de lutar pela justiça da minha terra. Eu estou aqui com espírito de missão. Não contem comigo para tapar nada do que foi feito. Eu estou aqui para resolver as questões. Estou aqui do lado dos munícipes, mas não contem comigo para defender as injustiças que forem cometidas.-----

-----4 – Período Destinado ao Público-----

Inscreveu-se para intervir **Marta Lúcia da Silva Sousa Batista**, de Talhadas, que depois de ser informada pelo Presidente da Mesa que a sua intervenção seria gravada e difundida, a mesma declarou autorizar: – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores deputados municipais. A minha intervenção de hoje vai, primeiramente, para agradecer a resposta que me foi dada à intervenção que eu realizei na Assembleia Municipal de dezembro de 2021. No entanto, a resposta, no meu entender, não é totalmente satisfatória. Os alunos de Talhadas merecem outro tipo de tratamento, a meu ver. Afinal, continuam a ser os primeiros a vir e os últimos a regressarem a casa. Venho, mais uma vez, trazer este assunto e lançar o repto, mas que seja mesmo em tom de convite, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e a todos os responsáveis das bancadas do PS, do CDS e do PSD, que façam chegar uma data para poderem fazer o trajeto com os alunos de Talhadas. Eu já nem peço para que estejam às 06:45 na Ereira, mas que tirem um bocadinho da vossa tarde e verifiquem o que os alunos de Talhadas passam quando saem ao meio-dia, ou uma da tarde, das suas aulas e chegam a casa por volta das quatro da tarde. Isto não é uma ilusão e é a realidade. Foi algo que eu pude constatar porque a Transdev teve, infelizmente, situações de motoristas com Covid e as Juntas de Freguesia, juntamente com o Município, puseram os pés a caminho e resolveram a situação de poderem transportar os alunos durante esse período. Nessa altura, alguns dos dias, fui eu que fiz o transporte porque estou habilitada para transporte coletivo de crianças. Por isso mesmo, eu constatei que os alunos esperam cerca de hora e meia, quando não é mais, até terem transporte para, depois, irem para Talhadas e quando chegam à sede da freguesia, poderem se transportados para os seus locais. Por isso, desta vez o meu apelo era, sobretudo, para que alguém se faça a caminho e que me apresente datas para podermos fazer este trajeto. Acho que, só sentindo na pele é que podemos fazer alguma coisa. Uma vez que colaborámos com a Transdev, acho que não seria pedir muito que eles tivessem atenção para com estas pessoas de Talhadas, Paradela e Cedrim e os alunos de Pessegueiro também foram afetados. Vinha, também, sugerir algo que eu levei a reunião de Câmara, mas eu não sei porque nós, cidadão comum, não tem acesso à informação escrita, a possibilidade de uma criação de bolsa de estudo uma vez que já existe para alunos do ensino superior criar para alunos de alto rendimento, estou a falar na área das artes e na área do desporto. Uma vez que eu tenho conhecimento que existem pedidos e que, até

agora, não tiveram resposta, principalmente na área do desporto. Muito obrigada.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** informou ter tido conhecimento da resposta à intervenção anterior de Marta Batista no dia 3 de fevereiro de 2022, mas que, devido a um lapso nos serviços, a resposta tinha sido remetida na semana anterior à sessão e pediu desculpa por esse facto.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Sérgio Soares.----

Sérgio Soares – Muito obrigado, senhor Presidente. Atendendo ao convite que a cidadã Marta Batista fez às três bancadas, eu já dispus, nas redes sociais, a minha disponibilidade em fazer esse percurso e não me convidou, mas eu queria fazer-me de convidado, se fosse possível, e também gostava de ir a essa viagem porque eu acho que, só quem passa por isso é só as pessoas das freguesias descentralizadas é que percebem a desigualdade que existe, há décadas, neste concelho. Deixe-me dar-lhes os parabéns, senhora Marta Batista, pela sua coragem de vir aqui e de insistir nisto há uns 2 ou 3 anos. Esse assunto, a mim, toca-me, também, e acho que é muito pertinente a sua intervenção. Quando marcarem a data, terei todo o gosto em estar presente. Muito obrigado.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----